

Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho

**INTERPRETAÇÃO E LINGUAGEM
EM DONALD DAVIDSON**

Dissertação apresentada Ao Curso de Mestrado da
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais, como
Requisito à obtenção Do Título de
Mestre em Filosofia

Linha de Pesquisa: Filosofia da Ciência e Lógica do Pensamento Científico
Orientador : Paulo Roberto Margutti Pinto

Belo Horizonte

Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH

2001

2001 CARVALHO, Tatiana Maciel G.

Interpretação e Linguagem em Donald Davidson. Belo Horizonte
UFMG/FAFICH, 2001.

Dissertação UFMG/FAFICH

1. Incomensurabilidade, Esquema Conceitual, Conteúdo Empírico,
Referência, Significado, Verdade, Relativismo Cultural, Interpretação.

Dissertação defendida e APROVADA, com a nota NOVENA pela
Banca Examinadora constituída pelos Professores:



Prof. Dr. Paulo Roberto Margutti Pinto (Orientador) - UFMG



Prof. Dr. Edgar da Rocha Marques – UFMG



Profa. Dra. Livia Mara Guimarães – UFMG

**Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais**

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2001.

Resumo

Este texto apresenta algumas das noções básicas de Donald Davidson a respeito da linguagem e da interpretação, destacando a sua teoria holista do significado, a sua crítica ao dualismo *esquema conceitual/conteúdo empírico* e o papel da incomensurabilidade na interpretação radical. A teoria davidsoniana do significado propõe uma abordagem holista quanto às noções de *referência*, *significado* e *verdade*. Com isso, Davidson permite que se fale de extensionalidade e objetividade no mundo, sem se apoiar nas teorias tradicionais sobre a referência. A partir da tese segundo a qual não existe um “terceiro elemento” mediador entre a linguagem e o mundo, seja ele um “dato sensorial”, tal como os realistas reivindicam, ou um “significado convencional”, tal como querem os anti-realistas, torna-se possível trabalhar a noção de *incomensurabilidade* apenas como uma comunicação temporariamente interrompida. Davidson descarta o uso fundacionista da noção de *referência* nos processos tradutivos e considera apenas as falhas parciais na tradução. O apelo à noção de *incomensurabilidade* como quebra momentânea de comunicação ajuda a descobrir, por exemplo, em que medida um significado da linguagem convencional perde o seu uso e porque isto acontece. A abordagem como um todo envolve uma concepção dinâmica da linguagem, cujos significados mudam com o uso.

Abstract

This text presents some of Donald Davidson's basic notions concerning language and interpretation, emphasizing his holistic theory of meaning, his criticism of the *conceptual scheme/empirical contents* dualism, and the role played by incommensurability in radical interpretation. The Davidsonian theory of meaning proposes a holistic approach with respect to the notions of *reference*, *meaning* and *truth*. With this, Davidson allows the talk about extensionality and objectivity in the world without getting support from the traditional theories of reference. On the basis of the thesis according to which there is no “third element” mediating between language and world, – be such a “element” a “sense datum”, as required by the realists, or be it a “conventional meaning”, as required by the anti-realists, – it now becomes possible to work the notion of *incommensurability* as a sort of temporally interrupted communication. Davidson discards the foundationalist use of the notion of *reference* in translating processes and considers only partial failures in translation. The appeal to the notion of *incommensurability* as a momentary break of communication helps to find out, for instance, to what extent a certain meaning in conventional language loses its use and why this happens. The whole approach involves a dynamic conception on language, of which the meanings vary according to use.

Índice

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	4
I- A Proposta Holista de Davidson para um teoria do significado.....	16
II- A crítica de Davidson ao dualismo Esquema/Conteúdo.....	40
III- O papel da Incomensurabilidade na Interpretação Radical	60
IV- Conclusão.....	80
V- Bibliografia.....	93

Agradecimentos

A realização desta dissertação só foi possível graças à atenção crítica que foi exercida pela orientação do Prof. Paulo Margutti. Foram as suas qualidades intelectuais que permitiram que eu pudesse ultrapassar muitas das dificuldades que fui encontrando ao longo da elaboração do texto para uma maior coerência na exposição dos argumentos aqui apresentados.

Também agradeço ao apoio financeiro da FAPEMIG e do CNPQ, durante os dois primeiros anos da pesquisa.

Finalmente, agradeço aos meus pais, pelo apoio incondicional, que me propiciou persistência e ânimo para prosseguir neste trabalho.

INTRODUÇÃO

O texto que se segue é uma tentativa de mostrar como é que Donald Davidson resolve o problema da incomensurabilidade. Segundo Jurandir Freire Costa,

“ (...) a tese da incomensurabilidade afirma que toda cultura define um paradigma de racionalidade que não pode ser comparado a outros, nos termos básicos em que ordena e explica os fatos relevantes” (Costa, 1995:58).

Com um interesse particular voltado para o impasse desta problemática na antropologia, o tema da incomensurabilidade está diretamente relacionado às discussões em torno do relativismo cultural. Um texto recente, publicado pela Associação Americana de Antropologia¹, situa bem este tema, ao apresentar o debate que ocorre entre os antropólogos realistas e os anti-realistas. Uma forma bastante sucinta de definir os dois grupos seria simplesmente dizer que eles elaboram questões acerca da possibilidade de comunicação de culturas diferentes entre si. Estas questões são elaboradas por estes grupos, segundo nossos autores, da seguinte forma:

“... É o nosso acesso epistêmico ao mundo melhor descrito em termos de representação? São crenças verdadeiras aquelas que representam o

¹ "Representation and Reality in the Study of Culture" in American Anthropologist, vol. 99 n. 1, 1997.

mundo tal como ele é? A ciência moderna provê o meio mais fidedigno de representação? Se cada uma destas questões merece uma resposta negativa, então devemos abandonar toda esperança de acesso epistêmico ao mundo independente de nós mesmos? Devemos, ao invés disto, protelar toda conversa sobre verdade e falsidade, ou ao menos restringir tal conversa a sistemas discursivos com padrões epistêmicos consensuais? Devemos como resultado renunciar a todas as inquéritos que comercializam a verdade entre culturas?”

(Bowlin & Stromberg, 1997: 123 - 124).

Os *realistas* consideram as diferenças culturais um exemplo de desacordo científico. Nesta perspectiva, a linguagem científica é apontada por eles, como aquela que se constitui no melhor meio para representar o mundo tal como ele é . Em outras palavras, eles identificam ‘ter uma crença verdadeira’ à ‘representação apurada do mundo na mente’. E, visto que para este grupo, a linguagem que melhor representa o mundo real é a científica, seus trabalhos giram em torno de descrever as condições sociais e os mecanismos psicológicos que tornam as ‘más apreensões’ do mundo em outras culturas necessárias para seus próprios funcionamentos². Os *realistas* acreditam que é possível uma ‘apreensão’, através da linguagem científica , do ‘mundo tal como é’. Apresentam como principal objetivo em seus trabalhos, uma descrição correta dos fatos. Na perspectiva realista um fato, um evento, um acontecimento qualquer, só é reconhecido como tal se estiver fundamentado em uma evidência . Um fato tem que apresentar provas empíricas de sua existência e só é inteligível na medida em que é relatado experimentalmente. O que a tese realista afirma, em última instância, é a possibilidade de descrever o mundo através da linguagem científica.

² Exemplos de uma postura realista em antropologia: Melford Spiro e Anna Wierzbicka.

Com o intuito de minar a autoridade absolutizadora da linguagem científica ocidental, os *anti-realistas*, por sua vez, reivindicam - ao invés de um critério único de verdade - a existência de ‘verdades locais e múltiplas subjetividades’. A exemplo de Paul Rabinow³, o que este grupo assume é que, ao se discutir o estatuto de verdade de uma dada proposição, as razões que são oferecidas em sua defesa se encontram somente dentro de um ‘domínio especializado’ :

“Um domínio tem duas características principais, ambas historicamente condicionadas. Primeiro, um domínio é uma coleção de conceitos oferecidos em uma linguagem particular. Segundo, ele é um conjunto ordenado de jurisdições epistêmicas”

(Bowlin & Stromberg, 1997: 124).

O ponto a que quero chamar a atenção é que, tanto os realistas quanto os anti-realistas acreditam que a noção de ‘verdade’ precisa ser explicitada através de uma relação primordial com uma fonte última de evidência. Nas palavras de Bowlin e Stromberg,

“Ambos “amplificam o conceito de verdade” além de sua simplicidade ordinária, o realismo por oferecer uma teoria que explica o que faz verdadeiras nossas sentenças verdadeiras, o anti-realismo por oferecer uma análise conceitual do que significa dizer que uma sentença é verdadeira” (Bowlin & Stromberg, 1997: 129).

E, nesta busca de uma explicação para o conceito de verdade, elaboram teorias referenciais como base para o trabalho interpretativo.

³ Exemplos de uma postura anti-realista em antropologia: Paul Rabinow, Talal Asad e Clifford Geertz, entre outros.

Uma outra maneira, então, de apresentar o debate entre realistas e anti-realistas, seria simplesmente destacar que ambos se apoiam em teorias sobre o que é ‘referência’ como suporte para uma teoria da interpretação. Na tarefa de interpretar e comparar discursos, os dois grupos se orientam na perspectiva de encontrar alguma coisa, alguma *referência* que indique a veracidade dos termos traduzidos. Os anti-realistas se utilizam de uma teoria intensional da referência, e os realistas, por sua vez, de uma teoria causal. Jurandir Freire Costa explicita de forma sucinta e clara a diferença entre estas duas teorias :

“A teoria intensional da referência é a que diz que o sentido é logicamente anterior à maneira pela qual a palavra ou a expressão é usada” (Costa, 1995:67).

Dizer que o sentido é logicamente anterior à palavra, é o mesmo que dizer que a intensão determina o sentido. Acontece que, uma vez que a intensão de um termo é especificada pela variação do sentido em um contexto, esta teoria acaba por misturar ‘intensão’ (com ‘s’), com ‘intenção’ (com ‘ç’), na medida em que é esta que determina o sentido correto da palavra usada em certo contexto. Jurandir Freire Costa termina por lembrar que a idéia de uma intenção imanente às palavras ou à mente dos falantes já foi muito criticada e não é nada convincente. Existe uma circularidade em tentar explicar a referência pela intenção, uma vez que

“...falamos de intenção pressupondo o ‘algo’ intencionado, e o algo é a referência” (Costa, 1995: 68).

Já os realistas, como foi dito, se utilizam de uma teoria causal da referência:

“...a teoria causal é a que pretende explicar o sentido ou a significação em termos de elos causais entre os objetos e os enunciados lingüísticos” (Costa, 1995: 64).

Assim, se duas expressões possuem a mesma causa, possuem os mesmos referentes, e conseqüente, o mesmo sentido.

No entanto, existe um ponto em comum entre as teorias intensionais e causais: ambas se apóiam na noção de ‘referência’, acreditando ser possível elucidá-la ao relacioná-la, ou com uma ‘estrutura sintática mental’, no caso dos teóricos intensionalistas, ou com o ‘dado empírico descrito de uma forma não lingüística’, como acreditam os teóricos causais. É justamente aqui que surge a problemática em torno da incomensurabilidade. Pois, na tentativa de ‘achar o significado correto dos termos pela forma convencional da linguagem particular’ ou ‘achar o significado correto dos termos pelo conteúdo empírico que ele possui’, surge a tese da incomensurabilidade. Por buscarem uma ‘mesma referência’ entre esquemas conceituais diferentes - os realistas, de maneira causal, e os anti-realistas, de maneira intensional - estes grupos chegam ao impasse de afirmarem que, se não há continuidade da referência, não há possibilidade de interpretação, ou seja, os discursos em questão são incomensuráveis. Na medida em que trabalham com a tradução, buscando uma possível continuidade da ‘referência’, realistas e anti-realistas estabelecem, desta forma, os critérios de identificação de um esquema conceitual, e, conseqüentemente, como aponta Jurandir Freire Costa:

“A questão da comensurabilidade ou incomensurabilidade torna-se assim, a questão da tradutibilidade de um paradigma em outro e a da

estabilidade ou mesmice da referência que permite a tradução”
(Costa,1995: 59)⁴.

Donald Davidson, por sua vez, não se utiliza da noção de ‘referência’ como base para sua teoria do significado, seja ela intensionalmente ou causalmente construída. A teoria semântica que elabora não se apóia em nenhuma teoria da referência. Davidson, assim como Quine, critica as teorias causais, embora por motivo diverso deste. Quine, criador da tese da ‘inescrutabilidade da referência’, critica a maneira atomista de relacionar uma palavra a um objeto. Na sua opinião, não existe a possibilidade de separarmos nitidamente o dado empírico da teoria, na medida em que é somente como um todo que as teorias enfrentam o tribunal da experiência, isto é, confrontam as evidências empíricas.

A crítica de Davidson tem um aspecto diferente. Ao invés de falar de inescrutabilidade da referência, ele fala de obscuridade da mesma(Cfr.Ramberg, 1989:16). Iremos ver, ao longo deste trabalho, que ele considera que o sentido é causalmente determinado. Na sua opinião, é o mundo que causa o assentimento das sentenças, no entanto, não é através da noção de ‘referência’ que o significado das palavras é descoberto. Embora ele considere que o sentido possa ser determinado pela relação causal com aquilo a que se refere, não se utiliza da noção de ‘referência’ para designar o sentido. Na sua opinião, ‘referência’ nada mais é do que uma abstração semântica. Na medida em que existe uma infinidade de relações causais

⁴ Thomas Kuhn, embora seja considerado o autor da tese da incomensurabilidade, não é responsável pelas apropriações desta por autores que a consideram como equivalente a intraduzibilidade, como Putnam e Devitt, entre outros (ver Jurandir Freire Costa , 1995 e Ramberg , 1989).

entre as palavras e os objetos e as ‘evidências’ são colhidas de maneira arbitrária, Davidson, segundo Jurandir Freire Costa, coloca a questão da seguinte maneira:

“...como saber qual a verdadeira relação causal dentre as relações causais possíveis?” (Costa, 1995:69).

A crítica de Davidson às teorias referenciais do sentido se baseia na argumentação de que essas teorias são obrigadas a recorrer a uma teoria da verdade. Ou seja, a explicação de como a referência de um termo é estabelecida de forma correta é subsidiária da elaboração de uma teoria da verdade. O que ocorre é que, para Davidson, a noção de ‘referência’ depende da noção de ‘verdade’, na medida em que uma teoria da referência só pode ser ‘testada’ se e somente se existe um conhecimento acerca do valor de verdade das sentenças. Neste sentido, diz Jurandir Freire Costa que

“(...) se temos de saber previamente a que objetos, coisas e eventos tais palavras se aplicam corretamente, para saber qual a referência correta das palavras aplicadas, onde está a necessidade de uma teoria da referência?” (Costa, 1995: 70).

A proposta de Davidson, então, é dispensar as teorias que privilegiam a referência, para ficar simplesmente com uma teoria da verdade. Ao elaborar uma teoria holista do significado, sua perspectiva é construir uma teoria da verdade que não se apóie em uma fonte última de evidência para interrelacionar a linguagem com mundo. Isto porque, para Davidson

“É difícil ser feita uma separação entre o que é conhecimento lingüístico e o que é conhecimento do mundo, entre conhecer expressões e conhecer fatos sobre coisas designadas por estas expressões” (Perini,UFGM, s/d).

Uma vez que não é possível separar a linguagem do mundo, os ‘valores-verdade’ atribuídos às sentenças são semânticos e não podem estar fundamentados em uma noção atomista de ‘referência’. Ao esclarecer que as teorias referenciais do sentido são dependentes de uma teoria da verdade, Davidson encara o problema da incomensurabilidade de uma forma diferente, na medida em que, nas palavras de Jurandir Freire Costa, ele postula

“(...) a necessidade de uma teoria da verdade como fundamento da teoria causal não-referencial do sentido” (Costa, 1995: 73).

Portanto, visto que não é mais necessário priorizar a noção de ‘referência’ para garantir a homogeneidade de sentido, a tese da incomensurabilidade perde a sua força. Mas, desta forma, como é possível garantir a comunicação sem a continuidade da referência? Esta questão ficará esclarecida ao longo do capítulo um, onde tentarei mostrar a proposta holista de Davidson para uma teoria do significado.

Assim, no capítulo um, pretendo apresentar em linhas gerais o projeto de Davidson em elaborar uma teoria da verdade para alcançar o significado. Irei direcionar a apresentação de sua filosofia em conformidade com o objetivo de mostrar o holismo de Davidson ao lidar com os termos ‘significado’, ‘referência’ e ‘verdade’, escapando de uma abordagem atomista dos mesmos. Para tanto, será necessário descrever em que consistem os conceitos centrais da teoria davidsoniana: ‘Interpretação Radical’ e ‘Princípio de Caridade’. O entrelaçamento entre estes conceitos permite a compreensão do porquê Davidson pode falar de ‘conteúdo empírico’ e ‘extensionalidade’ em sua teoria, sem, no entanto, se apoiar em relatos ‘referenciais’. No entanto, em um primeiro momento, tentarei apontar como a noção

de ‘referência’ é tratada por Quine, visto ser ele o responsável por iniciar a quebra dos fundamentos do empirismo atomista.

Até aqui já foi exposto que, para Davidson, tanto os realistas quanto os anti-realistas incorrem no mesmo erro, que é a elaboração e de uma concepção atomista do sentido. Na sua opinião, o sentido de um termo ou uma sentença, longe de ser determinado pela referência,

“...se estabelece na atribuição do valor de verdade a determinada conexão entre o lingüístico e o não-lingüístico” (Ramberg, 1989, 34).

A referência exerce simplesmente a função de indicar uma conexão entre uma fala e uma causa, que deve estar já previamente definida em uma teoria da verdade como sendo uma conexão verdadeira. Entender a forma como Davidson relaciona o significado e a crença, utilizando como vetor o assentimento básico às sentenças como ‘verdadeiras’, será de suma importância para a compreensão da etapa subsequente em sua teoria, a consideração do fenômeno da incomensurabilidade como ferramenta frutífera e imprescindível no próprio processo da comunicação. Pois, para ele,

“Incomensurabilidade é uma ruptura na produção convencional do significado, não uma desintegração do significado”

(Ramberg, 1989: 130).

O que se revela como ponto central no debate entre realistas e anti-realistas, poderá ser devidamente compreendido se observarmos a forma como ambos os grupos interrelacionam as noções de ‘*linguagem*’ e ‘*mundo*’. Os modos pelos quais

estes grupos lidam com estas noções, embora difiram⁵ entre si, estão fundamentados em um mesmo pressuposto filosófico que é apontado por Davidson como uma noção dicotômica que envolve, por um lado, um *esquema conceitual*, e por outro, o *conteúdo* deste esquema.

No Capítulo dois, pretendo explicitar a crítica de Davidson à dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico*. O caminho que leva ao impasse da *incomensurabilidade* e, com ela, ao *relativismo conceitual*, é ‘descortinado’, segundo Davidson, pelo emprego desta dicotomia, à qual tanto os realistas quanto os anti-realistas estão presos, embora lidem com ela de forma diferenciada. Iremos ver que ele detectará uma ‘metáfora’ que fundamenta cada grupo. Por um lado, entre os anti-realistas, existe a metáfora de uma linguagem que é vista como esquema conceitual que serve para *organizar a experiência* e, por outro, entre os realistas, esta mesma noção de linguagem é utilizada como metáfora de um esquema conceitual que *se adequa* a alguma coisa, em outras palavras

“... *prediz relatos frente ao tribunal da experiência.*”

(Davidson, 1984: 191).

Temos então, respectivamente, a idéia de que a linguagem ou *organiza os dados dos sentidos* ou *se adequa a eles*. A estratégia de Davidson será argumentar que trabalhar com uma noção de ‘linguagem’ que, ou ‘organiza’ os sentidos, ou ‘se adequa’ a eles, reduz – e muito – qualquer possibilidade de interpretação.

No terceiro e último capítulo, comento sobre a vantagem em adotar o termo ‘incomensurabilidade’ como ferramenta frutífera no processo da comunicação, tal

⁵ Estas diferenças serão explicitadas no capítulo 2.

qual Davidson o faz. Em um primeiro momento, utilizando Ramberg, tento mostrar como é que a tese da incomensurabilidade se tornou *intradutibilidade*. E, a seguir, procuro explicitar alguns aspectos positivos para o processo interpretativo, a partir do momento em que o ponto de partida é a consideração de que uma intradutibilidade completa é impossível.

Em termos ideais, a proposta de Davidson de elaborar uma teoria unificada da ação e da linguagem seria certamente melhor explorada e compreendida se eu abordasse a totalidade de suas discussões, abrangendo também a coletânea de artigos reunidos em *Essays on Actions and Events*. No entanto, a coletânea de artigos reunidos em *Inquiries into Truth and Interpretation*, mais alguns textos exparsos, serão suficientes para o objetivo estipulado nesta dissertação. Uma vez que a questão que irei discutir se dará em torno do tema *interpretação/incomensurabilidade*, e o argumento principal de Davidson que aborda esta interface está explicitado na sua crítica ao dualismo *esquema conceitual/conteúdo empírico*, os textos mencionados serão suficientes.

Vale também esclarecer que em toda apresentação do tema proposto, me apóio, principalmente, na leitura que Bjorn Ramberg faz da Filosofia de Davidson. Minha escolha ao trabalhar com a interpretação de Ramberg é simples: ele enfatiza a postura holista de Davidson e ao final de seu trabalho fala de como a noção de incomensurabilidade pode ser utilizada de forma positiva no processo da competência lingüística. Com este direcionamento, estou me abstendo de comentar sobre as divergências que giram em torno da filosofia davidsoniana, que, diga-se de passagem, não são poucas.

O presente trabalho não tem o objetivo de apresentar uma abordagem de exegeta. Simplesmente quero mostrar como Davidson escapa do relativismo cultural, tratando a noção da incomensurabilidade como uma etapa importante no processo contínuo da interpretação. Assim direcionada, espero ter esclarecido que a problemática que me levou a pesquisar a filosofia de Davidson está presente nas discussões da antropologia contemporânea. Neste sentido, o propósito que atuará como pano de fundo nesta pesquisa é a busca de uma postura interpretativista que, no entanto, não estacione no relativismo cultural. Espero, ao final deste trabalho, possibilitar uma leitura simples, porém acessível, de como Davidson elabora as questões em torno da temática interpretação/incomensurabilidade.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A PROPOSTA HOLISTA DE DAVIDSON PARA UMA TEORIA DO SIGNIFICADO

Davidson já se encontra dentro do que é considerado por Gerhard Preyer um novo paradigma em semântica, o qual se expressa na interconexão, proposta por Quine, entre crenças e significados. Por compartilhar desta interconexão, ele desenvolve uma teoria que procura clarificar o que poderia ser chamado de ‘compreensão contextual dos atos de discurso’ (Preyer), e, desta forma, a própria noção de interpretação é alargada para o âmbito das ações. Assim, uma maneira de entender a teoria davidsoniana, é vê-la como uma teoria unificada da ação e da linguagem, na medida em que seu principal objetivo é compreender o ‘comportamento lingüístico’⁶. No entanto, esta forma holista de lidar com a crença e o significado irá diferir, em um sentido muito específico, do holismo de Quine. Tanto Davidson quanto Quine criticaram as teorias causais da referência, mas suas críticas seguiram rumos diversos.

Quine é conhecido por criticar o verificacionismo do Círculo de Vienna, que se pautava no atomismo lógico. Em linhas gerais, os filósofos de Vienna propunham a

⁶ Gerhard Preyer, Michael Roth, in Donald Davidson’s Philosophy: An Outline

possibilidade de construir, através da linguagem da lógica, teorias que descrevessem a estrutura ou o funcionamento do mundo. Esta descrição lógica do mundo estaria, em última instância, pautada na observação de dados do sentido, os quais seriam, por sua vez, fielmente traduzidos pelas famosas ‘sentenças observacionais’. A crítica de Quine ao Círculo de Vienna afeta diretamente esta busca de significação empírica das sentenças proposicionais que é feita de forma atomista. Para Carnap especialmente, a proposta central era

"...dar conta do mundo exterior como um construto lógico a partir dos dados dos sentidos" (Quine, 1980: 159).

Essa tentativa de derivar a ciência estritamente calcada na evidência sensorial, no entanto, era feita de forma atomista, uma vez que, para cada termo sentencial de uma teoria deveria haver um dado sensorial correspondente, que era correlacionado ao termo através da observação. Quine considera que o próprio Carnap perdeu as esperanças quanto à possibilidade de tradução (redução) de sentenças da ciência em termos de lógica, observação e teoria dos conjuntos, quando trocou em 1936 no artigo "Testability and Meaning" o conceito de 'definição' pelo de 'formas redutivas'. O primeiro implicava uma equivalência direta ao dado sensorial; o segundo, não.

O ataque de Quine ao positivismo lógico é feito através da crítica à distinção analítico/sintético e ao reducionismo. Em seu célebre artigo “Dois dogmas do empirismo”, ele afirma:

“Minha proposta atual diz que é um disparate, e origem de muitos outros disparates, falar de um componente lingüístico e de um componente fático da verdade de qualquer enunciado particular. Tomada globalmente, a ciência tem sua dupla dependência para com a linguagem e a experiência. Mas esta dualidade não é significativamente

delineável em termos dos enunciados da ciência tomados um por um”

(Quine, 1980: 245).

Em que consiste a distinção analítico/sintético ? Em linhas bem gerais, consiste em considerar a possibilidade de dois tipos de verdades: as analíticas e as sintéticas. As primeiras estariam expressas em enunciados necessários e universalmente válidos em todos os mundos possíveis. Em outras palavras, seria o mesmo que usar a redundância de dizer que as verdades analíticas estão expressas em enunciados analíticos, já que necessidade e universalidade são características *sine qua non* da analiticidade. A verdade ‘analítica’ é aquela verdade lógica, cuja negação é auto-contraditória, isto é, **S é P** sempre, em todo e qualquer contexto, e em momento algum pode ser não-**P**. O que ocorre é que, como o predicado de uma proposição considerada ‘analítica’ está contido no sujeito, a verdade dos enunciados analíticos é anterior aos fatos e deles independente. São, portanto, verdades *a priori*.

Já a verdade sintética é aquela dita *a posteriori*, pois depende da confirmação empírica para ser considerada. Ela se fundamenta na prática científica, precisa da experiência para se confirmar. Ora, a crítica de Quine à distinção analítico/sintético caminha na direção de dizer que não é possível traçar uma linha rígida entre estes supostos ‘dois tipos de verdade’, simplesmente porque não há como separar nitidamente a teoria da observação, ou, em outros termos, as formas linguísticas, das práticas linguísticas. O uso da distinção entre verdades analíticas e sintéticas pelo Círculo de Vienna é apontado por Quine como o primeiro dogma do empirismo.

Já o segundo dogma do empirismo é identificado por Quine com a tese reducionista, que é expressa exemplarmente no trabalho inicial de Carnap. Esta tese postula que o critério de verificação de enunciados significativos se dá através da

experiência. No entanto, por ser atomista, a confirmação de um enunciado é feita pela via da confrontação com os dados sensíveis, termo a termo. Exemplificando, para achar a sinonímia entre dois termos, eles devem possuir os mesmos componentes factuais.

A postura holista de Quine aponta que

“...nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como corpo organizado” (Quine, 1980: 245).

Uma vez que a ciência depende tanto da linguagem quanto da experiência, quando se fala em significação empírica, esta última, em uma abordagem holista, se refere à ciência apenas como um todo. Assim, os dois dogmas do empirismo têm, para Quine, raízes idênticas, na medida em que ambos tentam distinguir, nitidamente, componentes lingüísticos de componentes factuais. Sua proposta é a de prosseguir com o empirismo, porém sem os dogmas. Não é mais possível falar do conteúdo empírico dos enunciados individuais.

Acontece que, em Quine, a noção de ‘conteúdo empírico’, mesmo abordado globalmente pela ciência, ainda tem uma importante função para a confirmação das teorias. Isto porque Quine não abandona de vez o empirismo, apenas amplia-o em uma abordagem holista. Desta forma, a ciência é subdeterminada pela experiência, na medida em que é vista como um campo de forças, cujo centro contém a teoria, e a periferia a experiência sensível:

“Um conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamentos no interior no campo” (Quine, 1980: 246).

A impossibilidade real de se separar o componente factual do meramente lingüístico levou Quine a afirmar que isto se dá por que não há como testar as teorias

científicas termo a termo com o ‘tribunal da experiência’. O holismo de Quine aponta para a sua tese da inescrutabilidade da referência. No entanto, a noção de ‘referência’ joga um papel importante na sua epistemologia naturalizada, na medida em que ele ainda se mantém como um empirista. Nas suas palavras:

“...o todo da ciência é a unidade de significância empírica”

(Quine, 1980: 245).

É a experiência que fornece as evidências para que uma crença seja justificada:

"Como uma teoria da evidência, contudo, o empirismo permanece

conosco" (Quine, cit. por Koopman, 1997: 04).

Quine criticou a noção de significação empírica atomista, mas manteve a perspectiva central do projeto epistemológico, que é estruturada em torno da noção de ‘evidência’ e ‘verificação’. A consequência destas considerações é que, em Quine, a noção de ‘referência’, mesmo sendo inescrutável, é, todavia, a responsável por determinar mudanças no campo teórico da ciência.

A tese quiniense da inescrutabilidade da referência está diretamente relacionada à sua outra tese que fala da indeterminação da tradução. Isto porque, para Quine, a tradução é indeterminada já que ele considera que, em última instância, conhecer o sentido de um termo é conhecer sua referência. Seguindo seu famoso exemplo, um pesquisador procura entender o significado da palavra ‘gavagai’ cujo correspondente em sua língua é a palavra ‘coelho’. Para Quine, segundo Jurandir Freire Costa:

"...não é possível determinar a que dado perceptivo corresponde a palavra. Não sabemos se gavagai refere-se a 'uma parte do coelho', a 'um estágio temporal do coelho', à 'essência do coelho presente num exemplar coelho', etc." (Costa, 1995:65).

Conseqüentemente, a tradução é indeterminada porque a referência é inescrutável. Mas, como foi visto, mesmo não sendo mais possível relacionar de forma atomista uma palavra a um dado perceptivo, a noção de ‘referência’ permanece em destaque na filosofia quiniana, na medida em que é ela que determina o significado das sentenças, agora, no entanto, de forma holística.

Donald Davidson, ao elaborar uma semântica holista, não se utiliza de teorias causais para determinar o significado. Como foi visto na introdução, ele dispensa as teorias sobre a referência e fica simplesmente com uma teoria acerca da verdade. Seu objetivo é argumentar que uma teoria da verdade substitui, com muita vantagem, a busca de uma ligação correta entre palavras e coisas no mundo. Isto porque, se as condições de verdade das sentenças são especificadas em termos dos referentes de seus termos, o significado fica reduzido à noção de conteúdo empírico. Na opinião de Davidson, segundo Ramberg, teorias acerca da referência servem para elucidar a extensão entre palavras e objetos. Este pode ser um relato válido ao ser aplicado a uma linguagem já conhecida. No entanto, Davidson está interessado em descobrir o significado de uma linguagem desconhecida. Ramberg afirma que

“O ponto essencial é que quando nós confrontamos uma linguagem que nós não conhecemos, não podemos saber se nossa teoria isola o conjunto apropriado de leis causais. A evidência contra a qual um conjunto pode ser testado é somente avaliável para alguém que conhece a linguagem” (Ramberg, 1989:25).

O importante não é estabelecer relações de verdade **entre** o sentido e o referente, mas sim, inversamente, partindo da consideração de que as sentenças são verdadeiras, tentar construir a interpretação. A teoria semântica que Davidson elabora dispensa o relato tradicional de referência causal, a noção de conteúdo

empírico e teorias da verdade como correspondência e propõe o uso do conceito de ‘verdade’ para explicar o que as palavras significam.

A noção de ‘verdade’, em Davidson, serve, então, como vetor para encontrar o significado e a crença, e, desta forma, alcançar a interpretação. A razão disto é que Davidson elabora uma teoria sobre a verdade com o objetivo de fornecer a estrutura para uma teoria do significado. Ele não está interessado em uma caracterização da verdade do ponto de vista epistemológico, e sim, apenas do ponto de vista semântico. Esta observação é importante porque, para Davidson, não existe nada fora da linguagem que tenha o poder de tornar as sentenças verdadeiras. Em outras palavras, o conceito de ‘verdade’ não é dotado de uma natureza especial ou enigmática que mereça ser explicado através de uma busca da referência, seja ela causal ou intensional. Davidson se propõe a responder o que é para uma sentença ser verdadeira, e, neste sentido, irá tentar especificar as condições-de-verdade da sentença. Mas, visto que ele não se fundamenta na busca de uma referência ao especificar estas condições, sua semântica está baseada em uma noção de ‘verdade’ inspirada na teoria da verdade de Tarski. A maneira como Davidson se utiliza desta teoria para alcançar o significado será melhor compreendida quando estivermos falando do conceito de Interpretação Radical. No momento, vale lembrar que a semântica tradicional faz um uso essencial da noção de ‘referência’ como suporte para explicar a noção de ‘verdade’, mas não é este o caminho que Davidson irá seguir. Ramberg especifica de uma forma bastante clara o uso do conceito de *verdade* na teoria davidsoniana ao dizer que

“O conceito que nós precisamos é dado por uma teoria tarskiana da verdade porque ela trata as palavras e as relações estruturais entre as palavras como abstrações da totalidade da linguagem justamente do modo como Davidson requer” (Ramberg, 1989: 36).

A teoria semântica de Davidson não se fundamenta em bases evidenciais, somente no sentido em que estas evidências implicam a busca de um conteúdo empírico embasado no relato de uma teoria causal da referência. Na opinião de Ramberg, a desconstrução que Davidson realiza em sua teoria, em relação à idéia de referência, repousa em duas condições: primeiro, deve-se mostrar que uma teoria da verdade aplicada a uma linguagem natural produz interpretação; segundo, deve-se construir esta teoria sem depender de outros conceitos semânticos. A consequência destas considerações é que a teoria semântica de Davidson é verificável, somente na medida em que se pode

“...caracterizar a propriedade da verdade sem ter que encontrar entidades para quais sentenças que têm a propriedade correspondam diferencialmente” (Davidson, 1984:70).

O modelo que Davidson irá utilizar para construir sua teoria do significado é a teoria da verdade de Tarski. Este ultimo, ao elaborar uma teoria da verdade, criou a chamada convenção-T, que consiste em explicar uma certa noção de verdade tomando como base a tradução de uma linguagem objeto na linguagem que opera a tradução. Assim, citando como exemplo a sua famosa frase “ ‘a neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca”, obtém-se o seguinte modelo explicativo: ‘s’ é verdadeira se e somente se *p*. Este modelo explicativo, também chamado de sentença-T, tem a função, em Tarski, de dar uma teoria da verdade que opera com a noção de ‘satisfação’. No entanto, esta noção não é utilizada, em

Davidson, da maneira clássica, isto é, ele não pretende explicar a noção de ‘verdade’ tomando como base uma relação de correspondência. Ramberg, ao comentar sobre as noções de ‘satisfação’ e ‘correspondência’ em Davidson, afirma que

“(...) é designado um papel à noção de satisfação na teoria de Davidson que é muito diferente do papel tradicionalmente intencionado por correspondência.(...) a elaboração de uma relação de correspondência nunca pode conferir conteúdo à ‘verdade’, assim como nenhuma teoria da referência pode conferir conteúdo ao ‘significado’” (Ramberg, 1989:43).

Uma forma simples de falar sobre correspondência é dizer que ela envolve uma caracterização da relação entre palavras e objetos de forma que se busque o conteúdo empírico para uma teoria da verdade. Davidson rejeita esta tese. Na sua opinião, não há como confrontar sentenças com alguma coisa não lingüística para saber se elas são verdadeiras. A noção de ‘satisfação’, junto com a noção de ‘correspondência’ que dela deriva, não possui, em Davidson, uma função epistemológica e sim, apenas semântica, na medida em que o conceito de satisfação possibilita a determinação teórica das condições de verdade das sentenças .

A principal vantagem de se trabalhar com o modelo tarskiano, no que tange à noção de verdade, é o fato de não ser preciso ‘sair da linguagem’ para buscar ‘verdades extralingüísticas’. Em Tarski, a verdade é definida através das sentenças-T, na medida em que substitui ‘s’ pela descrição canônica de ‘s’, e ‘p’, pela tradução de ‘s’. No entanto, é importante destacar que Tarski elaborou uma teoria da verdade para trabalhar com linguagens formalizadas. Davidson modifica esta teoria para aplicá-la à linguagem natural. Tarski toma a tradução como base para a definição da verdade.

Davidson, por sua vez, inverte este processo e, tomando a verdade como base, procura encontrar a interpretação. As sentenças-T, portanto, são utilizadas na teoria de Davidson de forma invertida, isto é, não servem para achar a verdade, mas para produzir interpretação. Ora, esta inversão é necessária e imprescindível, pois sem ela não haveria possibilidade de o intérprete radical atuar.

É através da noção de ‘Interpretação Radical’ que Davidson inicia sua argumentação de como conduzir um processo interpretativo baseado na interdependência entre o significado e a crença. Uma maneira bem simples de defini-la seria afirmar que

“A interpretação radical do comportamento lingüístico(...) é nada mais que a aplicação da teoria do significado baseada em condições de verdade” (Preyer, G. 1999:02).

A Interpretação Radical consiste num processo em que ‘teorias-verdade’ são construídas a partir de uma modificação das sentenças-T. Estas últimas são modificadas para se adaptarem à linguagem natural e atuam como tentativas de alcançar o significado das sentenças. A pergunta que serve para direcionar a construção argumentativa de Davidson ao apresentar o conceito de Interpretação Radical é :

“...dada uma teoria que tornaria possível a interpretação, que evidência plausivelmente disponível para um intérprete potencial corroboraria a teoria num grau razoável?” (Davidson, 1984:125).

O que Davidson quer saber é se uma teoria da verdade no estilo de Tarki pode ser modificada e aplicada às linguagens naturais. Se for possível, como ele argumenta que é, a sua preocupação é fornecer uma base evidencial diferente do modo

tradicional, que, como foi visto, pergunta pelo conteúdo empírico através de uma relação de correspondência direta entre expressões lingüísticas e os eventos no mundo. A única evidência disponível para o intérprete radical que se utiliza de uma teoria da verdade, visto que ele ainda não tem conhecimento da língua a ser interpretada, está presente no contínuo processo de construção e aplicação dos ‘teoremas-verdade’. Uma vez que a caracterização correta da extensão dos predicados-verdade possibilita a compreensão da linguagem, a pergunta de Davidson é saber se é possível uma teoria da verdade para uma linguagem natural e, caso seja possível, saber se esta teoria serve para produzir interpretação.

Para estender a teoria de Tarski, que foi elaborada para trabalhar com linguagem formal, à linguagem natural, Davidson realiza algumas modificações. Uma vez que Tarski trabalha com linguagens formalizadas, sua teoria não abrange, por exemplo as características indexicais que a linguagem natural apresenta. Neste sentido, Davidson propõe, na ‘apropriação’ das sentenças-T, a caracterização da verdade de acordo com o tempo e o falante. Ao se utilizar das sentenças-T em uma comunidade de falantes, o intérprete radical deve buscar relacionar as sentenças proferidas pelo falante de uma linguagem-L às características objetivas do mundo. Esta é a forma de especificar as ‘condições de uso’ das sentenças. Esta especificação do valor de verdade das sentenças, relativizado ao seu contexto de uso, é um dos principais fatores que possibilita a utilização da noção de ‘evidência’ de forma diversa do sentido tradicional. Davidson afirma que

“... a noção de estímulo de sentido(stimulus meaning) não desempenha nenhum papel no meu método, mas o seu lugar é ocupado pela referência às características objetivas do mundo que se alteram em

conjunção com mudanças de atitude em relação à verdade das frases...” (Davidson, 1991:207).

A função das sentenças-T, no trabalho da Interpretação Radical, é atuar como teoremas que possuem ‘valores de verdade’. À medida em que a teoria da interpretação de Davidson atua na forma de construção de ‘teorias-verdade’ sobre uma linguagem natural, deve haver uma combinação coextensional desta linguagem teórica com as sentenças da linguagem a ser interpretada. Neste sentido, perguntar pela extensão das sentenças implica em perguntar pelo conteúdo empírico que uma teoria da verdade deve apresentar. Conseqüentemente, esta mesma extensão deve ser indicada por uma relação causal entre palavras ou sentenças, e objetos do mundo físico. Mas, vale a pena enfatizar, Davidson fica com a relação causal entre as palavras e as coisas do mundo, e dispensa qualquer noção de referência que atue como evidência empírica. Davidson não fala que a referência é inescrutável, mas sim que ela é obscura. Desta forma, ele desloca o enfoque do conteúdo empírico para o nível da linguagem. Para ele, ‘referência’ nada mais é do que uma abstração semântica. Sua função só pode ser compreendida quando relacionada aos outros constructos teóricos que efetivam o processo interpretativo. Davidson não busca evidências que atuem como justificativas epistemológicas. Ele sugere a renúncia a uma fonte última de evidência que possa servir de justificação para o conhecimento:

“...Eu sugiro que nós desistamos da idéia de que o significado ou o conhecimento esteja fundamentado em alguma coisa que conte como uma fonte última de evidência” (Davidson, 1996: 127).

Na sua opinião, embora as sensações causem certas crenças, esta relação *causal* não pode servir como *evidência* ou *justificativa* para a veracidade das sentenças que

relatam coisas acerca do mundo. As crenças e os significados devem ser identificados primeiro e só depois deve-se perguntar por suas causas:

“Para Davidson, evidência não é epistêmica, mas causal”

(Koopman, 1997: 4).

Além disso,

“... uma explicação causal de uma crença não mostra como ou por que a crença é justificada” (Davidson, 1996: 125).

Visto que são inúmeras e quase infinitas as maneiras pelas quais uma palavra pode ser relacionada a um objeto, Ramberg diz a este respeito que

“ procurar por relações causais entre as palavras dos falantes e os objetos em seu mundo seria como procurar por uma gota de água no oceano ” (Ramberg, 1989:65).

O intérprete radical, portanto, não deve comparar palavras individuais aos objetos isolados no mundo, mas sim, sentenças completas dentro de uma situação discursiva. Em outras palavras, o que deve ser focalizado é a forma de uso das sentenças. Assim, as condições de verdade das sentenças interpretadas são produzidas junto ao processo de descrição das condições do meio onde estas sentenças foram proferidas. Segundo Ramberg, o intérprete radical deve isolar aquelas características do meio ambiente que causam ao falante o assentimento à sentença, e, a partir daí, formar suas sentenças-T tentativas. No entanto, vale destacar nas próprias palavras de Ramberg,

“claramente, nosso lingüista não está formando suas sentenças-T tentativas na base de observação sem pressuposição. O puro observador certamente nunca estaria apto para propor, de modo algum, qualquer caracterização de ocasiões de enunciação”

(Ramberg, 1989:68).

A relação causal que o intérprete radical tenta isolar à medida em que constrói as sentenças-T ocorre entre os estados do mundo circundante e estados intensionais do falante. Em outras palavras, a caracterização da relação causal na forma das sentenças-T envolve tanto uma atitude observacional quanto um trabalho interpretativo. O primeiro requer uma descrição das circunstâncias em que ocorreu o assentimento às sentenças, o segundo exige um conhecimento sobre as crenças e as intenções do falante. Conseqüentemente, achar o significado das sentenças depende tanto das circunstâncias externas quanto das relações lógicas, isto é, gramaticais. E, visto que estas relações lógicas estão inseridas em sistemas de crenças, saber detectar o que é uma crença depende, em igual medida, de saber interpretar o que as sentenças significam. Portanto, a interdependência entre o significado e a crença, em Davidson, não se pauta em uma fonte última de evidência, nem atomista, nem holista. Sua maneira de lidar com a interconexão entre estes termos se dá apenas pela consideração antecipada da verdade das sentenças que ainda serão interpretadas. Na sua opinião,

"...nada, no entanto, nenhuma coisa, faz nossas sentenças e teorias verdadeiras: nem experiência, nem irritações de superfície, nem o mundo, pode fazer uma sentença verdadeira (...). A sentença 'minha pele está quente' é verdadeira se e somente se minha pele está quente. Aqui não existe referência a um fato, um mundo, uma experiência, ou a um pedaço de evidência" (Davidson, 1984: 194).

Quais são os recursos de que um intérprete radical pode lançar mão a fim de produzir interpretação? Ele não pode 'se apoiar' em termos conceituais isolados para construir as suas hipóteses interpretativas, isto é, não pode se apoiar no significado

das palavras, porque este depende de amplo conhecimento das crenças do falante. E, sendo a recíproca verdadeira, o intérprete também não pode fundamentar suas interpretações nas crenças do falante, pois o conhecimento destas só é possível quando se sabe o significado de seu discurso. Como então, iniciar um processo interpretativo em uma linguagem desconhecida? A única maneira de fazê-lo, é aplicando o que Davidson chama de ‘Princípio de Caridade’ e que consiste em considerar antecipadamente as crenças do falante como verdadeiras. O Princípio de Caridade opera como uma metodologia que nos orienta a maximizar o acordo diante de uma linguagem que está para ser interpretada. A maximização do acordo é o que possibilita a construção de uma teoria do significado e da crença que não dependa de uma fonte última de evidência. Este princípio tem uma função metodológica, e é enfatizado como condição de todo processo interpretativo. Primeiro, é dado um crédito às asserções do falante quando este profere uma sentença como ‘verdadeira’. A seguir, inicia-se o trabalho interpretativo. Vale destacar que, na proposta holista de Davidson, as crenças de um determinado falante só podem ser identificadas dentro de um padrão que envolve outras crenças, e é a coerência entre elas que assegura a veracidade das sentenças.

Qual é pois, o papel do Princípio de Caridade no contexto da Interpretação Radical? O Princípio de Caridade, como princípio metodológico da teoria davidsoniana, é a única maneira de iniciar um processo interpretativo. Esta atitude metodológica de considerar a maioria das crenças do falante como verdadeiras opera como ‘ponto de partida’ no trabalho interpretativo. Com efeito, não é possível para o intérprete sustentar sua teoria em qualquer outro tipo de evidência a não ser a de que as frases-T são verdadeiras. Isto porque elas operam como teoremas que elaboram

condições de verdade. As frases-T são construídas pelo intérprete com base na consideração de que as frases que o falante sustenta como verdadeiras em sua própria língua (e, certamente, no contexto de seu discurso), são, em princípio, verdadeiras segundo o padrão de crenças do intérprete. Davidson argumenta que esta atitude de considerar verdadeira uma sentença, sob determinada circunstância, é um ponto fundamental, devido à forma que relaciona crença e interpretação. Um intérprete pode saber que um falante sustenta uma sentença como verdadeira, sem, no entanto, saber nada a respeito do que esta sentença significa e qual a crença que ele expressa. Assim, Davidson considera que a atitude de sustentar uma sentença como verdadeira é uma boa maneira de iniciar o trabalho da interpretação pelo seguinte motivo: embora o fato de o intérprete aceitar uma frase como verdadeira seja também uma crença, esta atitude pode ser aplicável a todas as sentenças sem que haja uma distinção entre as crenças. Esta é uma boa forma de saber que uma pessoa quer expressar uma verdade, na medida em que ela, ao dar assentimento a uma dada sentença, concomitantemente expressa as condições sob as quais esta sentença é tida como verdadeira. Esta etapa, portanto, é anterior à interpretação propriamente dita, uma vez que ele ainda não sabe *qual* verdade está sendo dita. Nas palavras de Davidson,

“Este método pretende resolver o problema da interdependência da crença e do significado mantendo, tanto quanto possível a crença constante enquanto soluciona o que diz respeito ao significado”
(Davidson, 1991: 207).

No entanto, o Princípio de Caridade, embora pareça claro e simples, tem gerado inúmeras polêmicas e críticas devido, principalmente, a dois de seus aspectos. Primeiro, o fato de considerar as sentenças do falante como verdadeiras tomando

como base as crenças do próprio intérprete gera a polêmica do etnocentrismo. Segundo, a atitude de aceitar as crenças do falante como verdadeiras de uma forma apriorística propicia a consideração de que a proposta holista de Davidson esbarra numa incoerência que soa mais como um fundamento transcendental.

No entanto, estes argumentos não se sustentam por muito tempo. A teoria de Davidson só propicia a compreensão de um conceito inserido no contexto teórico e prático. A afirmação de que o Princípio de Caridade é etnocentrista é precipitada. Contrariamente a qualquer atitude etnocêntrica, Davidson afirma que sustentar que um falante possui crenças verdadeiras do ponto de vista do intérprete é acreditar que este falante é uma criatura racional, na medida em que executa ações, possui crenças e desejos, tanto quanto a ‘criatura racional intérprete’. Este princípio opera como uma otimização do acordo, que, segundo o nosso autor, deve ser o ponto de partida de toda interpretação:

*“O que justifica o procedimento é o fato de que o desacordo e
similarmente o acordo apenas são inteligíveis contra um fundo de
acordo massivo.”* (Davidson, 1991: 207).

Já a segunda preocupação, a de considerar que o Princípio de Caridade apresenta uma atitude apriorística na atribuição da verdade, impedindo o alcance correto de uma interpretação, também se resolve na observação correta da articulação que Davidson promove entre os conceitos de ‘significado’, ‘verdade’ e ‘crença’. Já foi bastante enfatizado que não é possível uma evidência baseada em ‘significado’ e ‘crença’, porque, se o objetivo é alcançar a interpretação, esta consiste na especificação detalhada e coerente da maneira como crenças e significados estão expressos em um dado discurso. Acontece que, dada a interdependência intrínseca

entre ambos, o único termo que pode atuar como ponto de partida deste processo é o termo ‘verdade’.

A tarefa da Interpretação Radical não é construir uma teoria da verdade para uma linguagem natural. Não existe esta proposta em Davidson, de construir uma única e definitiva teoria da verdade, mesmo porque não há uma única forma de determinar a extensão das condições-de-verdade de uma linguagem natural. Justamente por ser um processo, e muitas vezes até interminável, a Interpretação Radical, na qual está inserido o Princípio de Caridade, deve ser vista como conjunto de construções e re-construções de ‘teorias- verdade’, na medida em que ela

“gradualmente estende o escopo e refina a rede do significado”

(Ramberg, 1989:80).

Além disso, já que Davidson não se baseia na noção de ‘referência’ como um fator de evidência para alcançar o significado, seu objetivo ao inserir o Princípio de Caridade é permitir a construção de uma teoria que não se fundamente em um conceito isolado.

Vale a pena citar a observação que ele faz a este respeito:

“...gostaria de inserir uma observação sobre a metodologia da minha proposta. Em filosofia estamos habituados a definições, análises, reduções. Tipicamente pretende-se que estas nos conduzam de conceitos melhor compreendidos, ou claros, ou epistemológica ou ontologicamente mais básicos, a outros que queremos compreender. O método que sugeri não se ajusta a nenhuma destas categorias.(...) A vantagem do método reside não no seu apelo de estilo informal à noção de corroboração evidencial mas na idéia de uma teoria poderosa interpretada no seu ponto mais vantajoso. (...) Sabendo apenas as condições sob as quais os falantes sustentam que as frases são

verdadeiras, podemos dar a conhecer, dada uma teoria satisfatória, uma interpretação de cada frase” (Davidson, 1991: 207-208).

Portanto, se o Princípio de Caridade possui uma função metodológica na teoria de Davidson, o conceito de ‘Interpretação Radical’ abrange não só este princípio como tarefa inicial, mas todo o trabalho de atribuição das condições de verdade para produzir interpretação. A Interpretação Radical, pelo seu caráter holista, pode ser vista como uma idealização da competência lingüística. Duas observações devem ser feitas aqui. Primeiro, pelo caráter holista, a construção das sentenças-T deve sempre relacionar as palavras de uma forma estrutural, idealizando a linguagem-L (que é a linguagem a ser interpretada) como uma totalidade. É certo que esta idealização da linguagem a ser interpretada como uma totalidade é uma abstração que irá permitir a contínua troca dos teoremas-verdade, à medida em que o discurso está sendo interpretado. Portanto, o predicado-verdade que é produzido pelas sentenças-T deve ser aplicado não somente às sentenças, mas também ao discurso como um todo, sendo este enunciado pelo falante sob circunstâncias específicas. Segundo, justamente porque a verdade é relativa a um tempo e um falante, a interpretação do discurso, que é o objetivo final, não deve estar desvinculada das ações. Assim, a função da Interpretação Radical é explicar como o conceito de significado é aplicado a crenças, intenções e desejos. Davidson afirma que

“...na interpretação das intenções de um agente, as suas crenças e as suas palavras são partes de um projeto único, em que nenhuma parte pode ser assumida como completa sem que o resto o seja”

(Davidson, 1991:201).

A aplicação holista das sentenças-T em uma comunidade de falantes pode ser explicada da seguinte forma: embora construídas na forma de ‘condições de verdade’ de sentenças, estas vão estar sempre em interrelação com a linguagem-L, manifesta nos discursos dos falantes sempre sob determinadas circunstâncias. Existe aqui uma restrição contextual para a caracterização do conceito de verdade. Em Davidson,

“ Verdade é apenas um ponto de contato ou, mais inocuamente, a coincidência entre o que o intérprete observa e os enunciados que um sujeito produz. O conceito semântico de verdade, longe de ser extra-lingüístico, é o produto da interpretação: não há nada mais nele do que um intérprete olhando, como causalmente relacionado, um pedaço da presumida atividade lingüística e alguma aparência do mundo” (cit. por Costa 1995:78).

A noção de ‘verdade’ em Davidson, quando relativizada a um tempo e a um falante, propicia a inclusão das sentenças ocasionais. Estas sentenças estão diretamente relacionadas às condições circunstanciais de seu proferimento. Não é possível, portanto, separar as sentenças proferidas por um falante dos aspectos circunstanciais de seu proferimento. Visto que o objetivo de Davidson é alcançar a interpretação, para ele

“A verdade é uma propriedade singular que se liga, ou não consegue ligar-se, a elocuições, enquanto cada elocução tem a sua própria interpretação” (Davidson, 1991:205).

A maneira holista de Davidson trabalhar diz também que o significado de uma sentença deve estar relacionado tanto à ocasião de sua asserção quanto ao conjunto de crenças que caracteriza a linguagem-L. Relacionar uma sentença à ocasião de seu proferimento, para alcançar o significado pode ser exemplificado em:

“‘Gavagai’ é verdadeiro-em-L quando proferido por ‘x’ em um tempo ‘t’, se e somente se, há um coelho nas proximidades de ‘x’em ‘t’”
(Ramberg, 1989:65).

Esta é uma forma extensionalista de caracterizar o significado, que não inclui, porém, uma abordagem epistemológica. Por outro lado, a relação do significado de uma sentença ao conjunto de crenças pertencentes à linguagem-L envolve uma noção coerentista para interconectar as crenças com o significado e, finalmente, produzir a interpretação.

Portanto, a teoria do significado de Davidson, construída sob a forma de uma teoria da verdade para uma determinada linguagem, opera processualmente a partir da interrelação entre partes e todo - isto é, entre as ‘condições de verdade’ que são as sentenças-T construídas na base da observação comportamental-lingüística e o conjunto de crenças que formam a linguagem-L. Desta forma, o trabalho da Interpretação Radical envolve uma constante troca de ‘teorias-verdade’ por outras, na medida em que elimina teorias alternativas tendo como base ‘novas evidências’. Vale ressaltar que o trabalho do intérprete radical é dar uma descrição teórica da competência lingüística do falante. Ainda que as sentenças a serem interpretadas apresentem uma relação causal com o mundo, o intérprete só tem acesso ao dado lingüístico, que, por sua vez, envolve a compreensão de uma complexa rede de crenças e desejos. No entanto, esta compreensão é o produto final do processo. Para o início, dado que a função da interpretação radical é dar as condições de verdade das sentenças, e, sendo estas condições diretamente relacionadas ao contexto de proferimento das sentenças, a única base de fatos sobre o comportamento do falante

está nas sentenças proferidas. E a única evidência disponível para um intérprete é a evidência de que as frases T são verdadeiras:

“... a evidência disponível é apenas que os falantes da linguagem a ser interpretada sustentam que várias frases são verdadeiras em determinados tempos e sob circunstâncias especificadas”

(Davidson, 1991: 206).

Davidson procura sempre relacionar a noção de ‘verdade’ entre uma oração, um falante e um tempo. Como foi visto, não é possível iniciar um trabalho de interpretação buscando evidências em descrições detalhadas das crenças e intenções do falante devido à interdependência entre ambas. Davidson diz que

“...um falante sustenta que uma frase é verdadeira por causa do que a frase(na sua linguagem) significa, e por causa daquilo em que acredita.” (Davidson, 1991:205-206).

Uma crença é identificada pela sua posição em um padrão de outras crenças, já o significado de uma sentença é dado

“...pela sua localização no padrão estrutural das sentenças da linguagem, especificadas por uma teoria da verdade para a linguagem” (Ramberg, 1989:71).

Desta forma, significado, crença e verdade estão inevitavelmente interligados na teoria holista de Davidson porque a própria linguagem não pode estar separada do mundo. Davidson afirma que não há como sair do nível lingüístico para buscar uma evidência no mundo. A noção de ‘evidência’, em Davidson, consiste em fatos sobre o comportamento dos falantes em relação às frases. Através do conceito de ‘triangulação’, ele afirma que tudo o que existe e está disponível em um trabalho interpretativo, é uma relação triangular entre intérprete, mundo e falante. E é esta

relação triangular que permite esclarecer o conceito de objetividade na teoria davidsoniana, ao mesmo tempo em que aposta na inseparabilidade entre a linguagem e o mundo:

“...a idéia de triangulação é parcialmente metafórica, mas não totalmente. A idéia básica é que nosso conceito de objetividade – a idéia de que nossos pensamentos podem ou não corresponder à verdade – é uma idéia que nós não teríamos se não fosse pelas relações interpessoais. Em outras palavras, a fonte da objetividade é a intersubjetividade (...)” (Kent, 1993:08).

Com esta caracterização de objetividade, Davidson está novamente dizendo que não se apóia em uma noção tradicional, que por sua vez exige não só uma relação de correspondência entre palavras e objetos no mundo, mas, concomitantemente, exige um status fundacional na descrição desta relação. Pode-se concluir até aqui que interpretar um discurso, sob o ponto de vista de uma teoria tradicional, seria o mesmo que tentar encontrar um elemento entre as sentenças e o mundo, que tivesse como função assegurar a veracidade destas sentenças. A opinião de Davidson sobre este ‘terceiro elemento’ entre a linguagem e o mundo será explorada no capítulo seguinte, e consiste no ponto chave da crítica que Davidson faz ao dualismo *esquema conceitual/conteúdo empírico*. Para Davidson é impossível um confronto direto entre nosso ‘conjunto de crenças’ (tomadas isoladamente ou em conjunto) e o mundo ‘lá fora’, justamente porque, para tal empreendimento, teríamos que imaginar um esquema conceitual por um lado e, no lado oposto, imaginar um ‘mundo’ esperando ser confrontado com ele (Davidson, 1996: 123).

A crítica de Davidson é contra qualquer tipo de verificacionismo. Foi visto rapidamente que Quine também elabora um tipo de verificacionismo, embora de

maneira diversa dos empiristas lógicos. As teorias verificacionistas têm em comum a tentativa de fundamentar o conhecimento em significados empíricos, em que estes últimos correspondem diretamente às sensações, modelos de estimulação sensorial, em última instância, à experiência. Para os verificacionistas, as sensações não pertencem ao nosso escopo de crenças, mas servem como justificativas para uma crença verdadeira. Para Davidson tal empreendimento é uma tarefa impossível. Na sua opinião, como foi visto, somente uma crença pode justificar outra crença. Embora as sensações causem certas crenças, não deve haver confusão entre estes intermediários causais e intermediários epistemológicos (Davidson, 1996). Uma sensação pode servir de elo entre uma crença e o mundo, mas é somente no nível lingüístico que as crenças são ‘justificadas’, através da coerência que apresentam entre si quando dizem coisas acerca dos eventos que ocorrem no mundo.

SEGUNDO CAPÍTULO

A CRÍTICA DE DAVIDSON AO DUALISMO

ESQUEMA/CONTEÚDO

No capítulo anterior, em linhas bem gerais, foi dado um panorama da teoria do significado de Davidson. Assim, falou-se da sua especificidade em trabalhar com conceitos semânticos de forma a interrelacioná-los numa postura holista e processual.

Na sua opinião,

“ ...não há nenhuma chave mestra ou teoria da estrutura que você possa ter antes de uma interação ou de uma situação comunicativa. Você tem que ao mesmo tempo achar seu caminho no sistema inteiro”
(Kent, 1999: 02).

Davidson, à medida em que estende o escopo de sua teoria aos atos de fala, isto é, ao comportamento lingüístico, possibilita falar de ‘conteúdo empírico’ sem que este seja determinado por uma teoria causal da referência. Através da substituição das teorias sobre a referência (intensional ou causal) por uma teoria da verdade, Davidson pode alcançar o significado das sentenças à medida em que procura determinar suas condições de verdade por triangulação. O trabalho do intérprete radical é produzir sentenças-T sobre a linguagem-L. Em outras palavras, o trabalho do intérprete radical é procurar uma ligação adequada entre um proferimento e um evento no mundo. No entanto, embora esta pareça ser uma tese realista - por afirmar

a objetividade do mundo e a sua importância em determinar causalmente o assentimento às sentenças – não apresenta um direcionamento epistemológico, na medida em que não busca um elemento intermediário **entre** a linguagem e o mundo para a caracterização da verdade das sentenças. Os acontecimentos do mundo **causam** o proferimento de sentenças mas **não justificam** as crenças nestes mesmos acontecimentos. Isto porque o que pode justificar uma crença é apenas outra crença. A conclusão principal a ser extraída é que mundo e linguagem são inseparáveis.

No presente capítulo vou entrar diretamente na crítica de Davidson à distinção *esquema conceitual/conteúdo empírico*, que envolve uma divisão entre o mundo e a linguagem. Davidson, ao rejeitar o dualismo ‘esquema/conteúdo’, está rejeitando, principalmente, a noção de que pode haver uma ‘terceira entidade’ entre o mundo e a linguagem. Ele está indo contra qualquer forma de mediação entre a linguagem e o mundo, seja ela expressa como categoria mental ou como dados sensoriais. O argumento de Davidson é que, por trás da postura relativista que aponta para a incomensurabilidade, existe um pressuposto teórico inútil, que considera um ‘terceiro’ elemento mediador entre a linguagem e o mundo. Vista desta forma, a linguagem é considerada como um esquema conceitual que pode ser incomensurável com outro esquema. Ou seja, discursos são considerados incomensuráveis porque o que está em jogo é a busca deste ‘mediador’ entre a linguagem e o mundo, que faz com que as sentenças sejam consideradas verdadeiras. Davidson afirma que assim

“Não pode haver tradução de um esquema a outro, pois neste caso as crenças, desejos, esperanças, e partes de conhecimento que caracterizam uma pessoa não têm contrapartes verdadeiras para o defensor de um outro esquema. A realidade em si mesma é relativa a

um esquema: o que conta como real em um sistema pode não contar em outro” (Davidson, 1984:183).

Foi visto rapidamente na introdução deste trabalho como é que a querela entre os realistas e os anti-realistas se reduz ao fato de ambos buscarem, mesmo de forma diferenciada, uma **referência** para os termos, de modo a compreenderem assim o significado das sentenças. Todo o problema de como a tese da incomensurabilidade veio a se tornar a tese da impossibilidade de tradução por causa do referente será tratado pormenorizadamente no terceiro e último capítulo. No presente capítulo procuro explicitar em que consiste a crítica de Davidson ao que ele considera o terceiro e último dogma do empirismo, que é mantido através do apelo a uma noção dualista que divide a linguagem e o mundo. A razão por que tanto realistas quanto anti-realistas apelam para esta dicotomia também será abordada aqui. O argumento, em síntese, é que o uso da dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico* leva ao impasse da *incomensurabilidade*.

Em seu famoso artigo “*On the very idea of a conceptual scheme*”, de 1974, Davidson tenta definir o que é um esquema conceitual:

“Os esquemas conceituais, nos dizem, são formas de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados das sensações; são pontos de vista desde os quais indivíduos, culturas ou períodos examinam os acontecimentos que se sucedem”

(Davidson, 1984:183).

A consideração de um esquema conceitual como algo que organiza a experiência ou categoriza as sensações leva à consideração subsequente que aceita como possível uma falha total no processo de tradução de um esquema conceitual a outro. Como já foi visto, o que conta como real em um esquema pode não contar em outro. Esta

postura relativista é considerada por Davidson uma doutrina exótica, porque paradoxal. Assim ele afirma porque aponta para a metáfora dos pontos de vista distintos que domina o chamado relativismo conceitual e põe a descoberto o paradoxo subjacente: falar de pontos de vista distintos só faz sentido se, concomitantemente, existe um sistema de coordenadas comuns a estes pontos de vista diferentes. Ora, nas palavras do autor,

“... a existência de um sistema comum contradiz a pretensão de uma incomparabilidade dramática” (Davidson, 1984:184).

A contradição subjacente à tese do relativismo conceitual poderia então ser resumida na tentativa de falar sobre a incomensurabilidade, isto é, sobre diferenças radicais entre duas linguagens, usando, no entanto, uma única linguagem para descrever estas diferenças. A contradição é óbvia, pois não é possível sustentar ao mesmo tempo que duas linguagens são incomensuráveis e descrever esta ‘incomensurabilidade’ em uma linguagem acessível às duas. Para exemplificar este argumento, Davidson fala de Whorf⁷, que aponta para uma incomensurabilidade entre a metafísica hopi e a inglesa e utiliza, paradoxalmente, o inglês para

“... conduzir os conteúdos dos exemplos de orações em hopi”
(Davidson, idem, ibidem).

Esta contradição do relativismo conceitual, vale a pena ressaltar, postula a existência de um sistema comum (isto é, uma única linguagem) como base para a incomparabilidade profunda. Davidson procura desacreditar esta tese, ao mesmo tempo em que tenta demonstrar sua impossibilidade.

Mas Davidson não ataca a tese da incomensurabilidade de frente. Ele contorna o problema e diz que a forma como é apresentado está errada e, por isso, não se

sustenta. Sua estratégia é considerar o passo *anterior* a esta postura. Uma vez que esta tese está firmada na noção de tradutibilidade através da permanência do referente, e Davidson, como foi visto, não trabalha com esta noção, ele argumenta que

“O que precisamos, me parece, é alguma idéia das considerações que fixam os limites ao contraste conceitual. Há suposições extremas que caem no paradoxo ou em contradição; há exemplos modestos que não temos problema em compreender. Que é que determina onde atravessamos do meramente raro ou novo para o absurdo?”
(Davidson, 1984:184).

A idéia principal é ir contra a noção apontada pela tese da incomensurabilidade que afirma a impossibilidade de tradução, dada a igual impossibilidade de manter ou transferir a mesma referência entre os esquemas conceituais. Os que pensam desta forma acreditam, segundo Davidson, que existe um ‘ponto neutro’ que permite a comparação entre esquemas diversos. Não é desta forma, porém, que Davidson vê a linguagem. Ele diz:

“Não vamos pensar que as linguagens são separáveis das almas; falar uma linguagem não é um traço que um homem possa perder enquanto retém o poder de pensamento. Portanto, não é possível que alguém possa ocupar um ponto vantajoso de observação para comparar esquemas conceituais, desprendendo-se temporariamente do seu próprio.” (Davidson, 1984:185).

No processo de tradução, existem dois casos possíveis de falha: as completas e as parciais. Nas palavras do autor,

“Ocorreria uma falha completa se nenhuma classe significativa de orações em uma linguagem pudesse ser traduzida à outra. A falha seria

⁷ Davidson também indica, como exemplos desta postura, Kuhn, Quine e Bergson, (1984: 184).

parcial se alguma classe pudesse traduzir-se e alguma classe não...”

(Davidson, 1984: 185).

Davidson argumenta que não existe inteligibilidade na consideração de uma falha total no processo de tradução, e a seguir passa a examinar o que ocorre nos casos de falha parcial.

O argumento de Davidson pretende mostrar que aqueles que aceitam uma falha completa na tradução teriam de concluir que as emissões sonoras do ‘falante’ não podem ser interpretadas como comportamento discursivo. Em outras palavras, se não consigo traduzir uma linguagem estranha na minha, é porque esta linguagem ‘estranha’ não é uma linguagem. O que está em jogo na consideração de uma falha completa na tradução é que o reconhecimento de uma linguagem é possível somente se eu posso traduzi-la na minha língua familiar.

Davidson insiste que devemos prestar atenção na relação estreita que há entre linguagem e atribuição de atitudes, tais como crenças, desejos e intenções. Isto porque, se por um lado só podemos atribuir inteligibilidade a um falante se pudermos traduzir suas palavras nas nossas, por outro, a fala requer

“...uma multidão de intenções e crenças sutilmente discriminadas”

(Davidson, 1984: 186).

Davidson faz questão de enfatizar que a capacidade de tradução opera na mesma sintonia que a capacidade de descrição de atitudes. A questão então torna-se muito mais complexa do que poderíamos imaginar, pois fica um tanto quanto obscuro afirmar que duas linguagens são intraduzíveis, sem, antes, esclarecer como se dá a relação entre linguagem e crenças, desejos e intenções.

A seguir Davidson comenta o argumento dos que pensam que a relação de traduzibilidade - que propõe o reconhecimento de uma linguagem somente pela

tradução à linguagem familiar – não é uma relação transitiva. Esta idéia é exemplificada por Davidson da seguinte forma: uma linguagem ‘saturniana’ pode ser traduzível ao inglês e uma linguagem ‘plutoniana’ pode ser traduzível à ‘saturniana’. No entanto, a linguagem ‘plutoniana’, pode não ser traduzível ao inglês, que é a linguagem familiar. Como isso seria possível? Um número suficiente de diferenças traduzíveis poderiam ser somadas até chegar a uma diferença intraduzível. Ou seja, as diferenças encontradas através da tradução da linguagem ‘saturniana’ ao inglês seriam somadas às diferenças encontradas através da tradução da linguagem ‘plutoniana’ à ‘saturniana’, chegando finalmente a uma diferença intraduzível da linguagem ‘plutoniana’ ao inglês. Isto permite imaginar uma seqüência de linguagens, cada uma próxima o suficiente da outra para ser traduzível por ela, mas que poderia conter uma linguagem totalmente intraduzível para o inglês. Esta linguagem envolveria um sistema de conceitos estranhos à linguagem familiar. Porém, segundo Davidson, esta idéia não acrescenta absolutamente nada à discussão em torno da traduzibilidade. Como saber, através da língua familiar, se a linguagem ‘saturniana’ efetua ou não um processo de tradução da linguagem ‘plutoniana’, se ao final existe uma completa intraduzibilidade entre esta última e a primeira? Nas palavras de Davidson,

“...teríamos que perguntar como reconhecemos que o que o saturniano estava fazendo era traduzir o plutoniano (ou qualquer outra coisa)?
(Davidson, 1984: 186).

Mais uma vez, Davidson aponta para a inconsistência em afirmar uma incomensurabilidade - que é o mesmo que uma falha total na tradução – através da comensurabilidade.

Apesar da forma um pouco obscura do exemplo elaborado por Davidson, a idéia principal que ele quer expressar talvez fique um pouco mais clara ao longo de sua argumentação. Mais à frente, ele indica duas metáforas que ilustram de forma diferenciada o uso do dualismo *esquema/conteúdo*. A primeira delas é exemplificada em Kuhn, quando este afirma que os cientistas, por trabalharem com ‘paradigmas’ diferentes, trabalham, concomitantemente, em diferentes mundos. A segunda metáfora está explicitada na obra de Strawson, “*The Bounds of Sense*”, quando este aposta na possibilidade de imaginar

“...classes de mundos muito diferentes do mundo tal como nós o conhecemos” (Strawson, *The Bounds of Sense*, p.15. cit. por Davidson, 1984:187).

A diferença entre as duas metáforas é que, em Strawson, é possível imaginar vários ‘mundos possíveis’, sendo que todos eles podem ser descritos por nossa linguagem.

Esta metáfora, segundo Davidson,

“...requer uma distinção dentro da linguagem entre conceito e conteúdo: ao usar um sistema fixo de conceitos (palavras com significados fixos), descrevemos universos alternativos”

(Davidson, 1984:187).

Por outro lado, em Kuhn, a imagem evocada é a de um único mundo que, no entanto, pode ser visto de diferentes pontos de vista. O dualismo de conceitos que está por trás desta metáfora é, segundo Davidson, de um tipo bem diverso do primeiro. Se em Strawson a linguagem é dividida entre conceito e conteúdo, em Kuhn ocorre um dualismo entre a linguagem por um lado operando como um ‘esquema total’ e, por outro, o mundo operando como um ‘conteúdo não interpretado’.

Explicitando mais a diferença entre as duas metáforas, no exemplo de Strawson,

existe uma associação da *linguagem* com um *esquema conceitual*, na medida em que a linguagem é identificada como ‘conceito’ e ‘conteúdo’. Desta forma, um sistema fixo de conceitos poderia descrever universos alternativos. Já no exemplo de Kuhn, a associação da *linguagem* com *esquema conceitual* é feita com a identificação da linguagem a um ‘esquema total’, apresentando, do outro lado, um ‘conteúdo não interpretado’. Conseqüentemente, este tipo de associação imagina um único mundo (‘conteúdo não interpretado’) visto de diversos pontos de vista, ou seja, diferentes esquemas conceituais que são incomensuráveis entre si.

A crítica de Davidson ao dualismo em questão passa pela reivindicação de que a distinção *analítico/sintético* deve ser abandonada. O dualismo em questão envolve orações, em que as sintéticas são ‘verdadeiras’ por causa do que significam e do conteúdo empírico, e as analíticas, em virtude apenas do seu significado. Estas últimas não necessitariam de conteúdo empírico. Davidson convida-nos a abandonar este dualismo, e, junto com ele, a noção de significado, para reter somente que

“... *todas as orações têm conteúdo empírico...*” (Davidson, 1984: 189).

Ao dispensar a noção referencial de significado e considerar que todas as orações têm conteúdo empírico, Davidson não está vinculando este último a uma relação de correspondência com o mundo através da busca de entidades que confirmem a veracidade e o sentido dos termos, mas sim, indicando que a noção de conteúdo empírico que ele trabalha se refere a todas as orações. Relacionar o conteúdo empírico a todas as orações é um fator importante na teoria de Davidson, porque significa que ele trabalha com evidências somente no nível dos proferimentos lingüísticos. Além disso, como foi visto no capítulo anterior, já que o trabalho da Interpretação Radical é contínuo e holístico, a idealização da linguagem como um

todo é uma estratégia que permite substituir as sentenças-T sempre que preciso, à medida em que as extensões dos predicados forem mudando. As mudanças na extensão do valor de verdade ocorrem dentro da chamada ‘triangulação’. O falante está sempre em uma relação objetiva com a realidade, conseqüentemente é possível interpretar seu discurso através da observação de seu comportamento lingüístico em relação aos eventos mundanos. Mas, como não é possível separar a linguagem do mundo, o trabalho completo da interpretação se dá através da interdependência entre o significado e a crença, que estão entrelaçados, por sua vez, de uma forma coerentista e não correspondencial.

Para Davidson, as noções de significado e de analiticidade possibilitam falar de categorias e de estrutura organizadora da linguagem. Por este motivo, ele rejeita estas noções. Assim ele diz que

“Os significados nos deram uma via para falar acerca das categorias, da estrutura organizadora da linguagem, e assim por diante; porém é possível, como vimos, desistir dos significados e da analiticidade enquanto conservamos a idéia de que a linguagem incorpora um esquema conceitual. Assim, no lugar do dualismo do analítico-sintético, teremos o dualismo do esquema conceitual e conteúdo empírico”

(Davidson, 1984:189).

Davidson argumenta que o dualismo *analítico-sintético* desemboca no dualismo *esquema conceitual-conteúdo empírico*, que ele irá chamar de ‘o terceiro dogma do empirismo’. Terceiro e último dogma, porque, na sua opinião, a partir daí, ~~empirismo~~ *empirismo* deve ser abandonado completamente. O que ocorre é que o dualismo *esquema conceitual/conteúdo empírico* cria a imagem da linguagem como um ‘sistema organizador’ que possui um ‘conteúdo organizado’. A noção de conteúdo

empírico presente neste dualismo envolve a idéia de que alguma coisa precisa ser organizada (o mundo, os dados dos sentidos, a experiência).

Davidson também cita vários exemplos de autores que se utilizam do dualismo apontado, embora de diferentes formas. Para citar aqui apenas um destes exemplos, em Whorf, a linguagem é vista como algo que não se distingue tão claramente da ciência e tem a função de organizar a experiência. Esta última é o elemento organizado e pode ser também traduzida por ‘fluxo da experiência sensorial’ e ‘evidência física’. Portanto, a linguagem tem a função de organizar a experiência tomando como base as evidências físicas e sensoriais. Neste sentido, o que é utilizado como critério no processo de tradução é uma possível relação comum com a experiência. E esta relação ‘comum’ é detectada através da indicação de que a referência é a ‘mesma’. A principal consequência desta consideração é que a diferenciação entre os esquemas conceituais é feita através das falhas na traduzibilidade. Uma vez que a referência não permanece a mesma, não é possível traduzir um esquema conceitual no outro. Nas palavras de Davidson,

“É essencial para esta idéia que haja algo neutro e comum situado fora de todos os esquemas” (Davidson, 1984:190).

Vale a pena enfatizar que esta forma de considerar as falhas nos processos de tradução como fator de diferenciação entre os esquemas conceituais se fundamenta na busca de uma relação comum dos esquemas conceituais com a evidência e a experiência. Esta idéia central, de buscar um elemento neutro e comum aos esquemas através de uma relação comum com a experiência, é indicada por Davidson como estando presente nas afirmações de Whorf, Kuhn, Feyerabend e Quine. Não vem ao caso detalhar a opinião de cada um, mesmo porque o exemplo de Whorf explicita de

forma satisfatória o ponto chave do uso da dicotomia *esquema/conteúdo*: existe uma relação determinante da experiência com a linguagem, de forma tal que um elemento ‘neutro’, situado ‘fora’ dos esquemas conceituais é por eles organizado.

Tal como já foi apontado na introdução deste trabalho, é nesta etapa da argumentação de Davidson que ele irá indicar as duas metáforas em disputa para explicar a relação da linguagem com a experiência. Aqui se encaixa a querela entre os realistas e os anti-realistas. A primeira metáfora, utilizada pelos anti-realistas, imagina a linguagem como um esquema conceitual que organiza a experiência. A segunda metáfora fundamenta os argumentos dos realistas, e cria a imagem da linguagem como um esquema conceitual que se ajusta à experiência, isto é, aos dados sensoriais. Segundo Davidson, outras funções similares da linguagem podem ser acrescentadas a cada um destes grupos. Assim, no primeiro, além da função organizadora, a linguagem teria também a função de sistematizar e distribuir o fluxo da experiência. No segundo grupo, além da tarefa de se ajustar à experiência, a linguagem também serviria para predizer, explicar e ‘enfrentar o tribunal da experiência’ (Davidson, 1984). Estas são as possíveis tarefas que a linguagem deve efetuar, na visão de cada um dos dois grupos.

Visto que foi descrito o primeiro lado da dicotomia, que consiste nas duas variações possíveis quanto à função da linguagem, isto é, quanto à maneira do esquema conceitual operar, é necessário mostrar também o segundo lado, que fala do conteúdo empírico enquanto algo que deve ser organizado. Também aqui Davidson aponta duas idéias principais:

“... ou é a realidade (o universo, o mundo, a natureza) ou é a experiência (a exibição em curso, as irritações de superfície, as incitações sensoriais, os dados dos sentidos, o dado)”

(Davidson, 1984:192).

A principal pergunta que direciona a crítica de Davidson ao dualismo *esquema/conteúdo* é a seguinte: como é possível haver sentido na noção de organizar um único objeto? A idéia de uma linguagem que organiza ou se ajusta ao mundo ou à experiência só faz sentido se este objeto é visto como consistindo em vários outros objetos. Nos termos de Davidson,

“a noção de organização só é aplicável a pluralidades”

(Davidson, 1984:192).

Para Davidson, não é possível pensar em uma linguagem que *organize* a experiência. Ele ironiza:

“Como poderia chamar-se linguagem a algo que organiza somente experiências, sensações, irritações de superfície ou dados do sentido? Certamente facas e garfos, ferrovias e montanhas, couves e reinos também necessitam de organização” (Davidson, 1984: 192).

É importante destacar que as noções de ‘realidade’ e ‘experiência’, são similares, mas não totalmente idênticas. O que ocorre é que a oposição entre Linguagem e realidade evoca a idéia de organização. Por outro lado, a oposição entre linguagem e experiência, evoca a idéia de ajuste à experiência, que consiste, segundo Davidson, em uma dificuldade ainda mais óbvia do que a idéia de organização. Isto porque a idéia de uma linguagem que se ajusta à experiência reduz muito a idéia de realidade, na medida em que se fundamenta nos dados dos sentidos.

A noção de ajuste à experiência é explicitada por Davidson nos seguintes termos: se a linguagem (esquema conceitual) deve se ajustar à experiência

(conteúdo), então nossa atenção se desvia do aparato referencial da linguagem – que consiste em predicados e termos singulares – para as orações como um todo. Existe a versão reducionista do Círculo de Vienna, tal como foi visto no capítulo anterior, que considera toda a linguagem redutível aos termos sensoriais. Davidson está considerando aqui apenas a visão geral desta idéia de ajuste, que se utiliza da experiência sensorial como provedora de toda a evidência para a aceitação de orações, e que se aplica, por exemplo, ao holismo de Quine. O fato de passar de uma posição atomista para uma holista, nesta imagem da linguagem ajustada à experiência, permite o desvio da referência das palavras para as orações como um todo. Do ponto de vista holista,

“São sentenças também que enfrentam o tribunal da experiência, ainda que devam enfrentá-lo juntas”

(Davidson, 1984: 193).

Davidson desnuda a questão do conteúdo empírico visto tanto da forma tradicional quanto da forma holista proposta por Quine, através da crítica à afirmação de que se uma teoria se ajusta à evidência, então essa teoria é verdadeira. Toda a argumentação de Davidson aponta para a recusa de teorias que busquem evidências para garantir a veracidade. Davidson não busca evidências para garantir a verdade das sentenças, mas, ao contrário, busca a elaboração de teoremas-verdade para alcançar o significado. Conseqüentemente, como já foi dito, não faz sentido para Davidson buscar uma fonte última de evidência, visto que uma teoria da verdade, tal como ele propõe, consegue efetuar com êxito a tarefa de dar a extensão dos termos lingüísticos que se quer interpretar.

Portanto, o principal argumento de Davidson contra a idéia de *falha completa na tradução* ou *incomensurabilidade* – é que a noção de ‘evidência’ não apresenta nenhum paralelo com a noção de ‘ser verdadeiro’. Ele diz:

“O problema é que a noção de ajustar-se à totalidade da experiência, assim como a noção de ajustar-se aos fatos, ou de ser fiel aos fatos, não acrescenta nada inteligível ao simples conceito de ser verdadeiro”

(Davidson, 1984:193-194).

A busca de evidências não pode servir como critério de diferenciação entre os esquemas conceituais. A ‘evidência’ não é uma ‘nova entidade no universo’ que atua como legitimadora de sentenças verdadeiras ou como critério de classificação de linguagens. Segundo Davidson, este critério de diferenciação entre esquemas conceituais só pode ser útil quando se aceita a noção de verdade envolvida por ele: uma noção de verdade que está divorciada da noção de tradução. Desta forma,

“... o critério de um esquema conceitual diferente do nosso se converte agora em: amplamente verdadeiro, porém não traduzível”

(Davidson, 1984:194).

Para Davidson, no entanto, o conceito de ‘ser verdadeiro’ não é inteligível quando em separado do processo tradutivo. Na sua opinião, nem a reivindicação dos anti-realistas nem a dos realistas propicia um critério confiável de comparação entre os esquemas conceituais:

“Nem um repertório fixo de significados, nem uma realidade que se mantém neutra frente às teorias podem proporcionar, então, uma base para comparação de esquemas conceituais” (Davidson, 1984: 195).

A interdependência entre verdade e tradução é explicada pela proposta realista de Davidson, tal como analisada no capítulo anterior. A noção de ‘verdade’ é utilizada como ‘vetor’ para alcançar o significado, e, como existe uma

interdependência entre significado e crença, somente à medida que o intérprete já estiver dentro do processo tradutivo é possível a interpretação. Davidson sugere o abandono da busca de uma base comum aos esquemas conceituais, porque, junto com este abandono, estaremos abandonando também a tentativa de dar sentido à

“... metáfora de um espaço único, dentro do qual cada esquema tem uma posição e provê um ponto de vista” (Davidson, 1984: 195).

Davidson, após argumentar contra a idéia de falha completa na tradução, propõe um exame mais detalhado do que poderia ser uma falha parcial. Na sua opinião, as falhas parciais na tradução possibilitam uma teoria da interpretação que opere com a interdependência entre as crenças e os significados dos falantes. A opinião de Davidson é que nós precisamos de uma teoria da tradução que não defina de antemão os conceitos de significado ou crença. Isto porque, para Davidson, uma teoria da interpretação dever ser construída durante a interpretação. Se trabalharmos com hipóteses *a priori* acerca do que podem ser as crenças e os significados dos falantes, postulando conceitos sobre eles, estaremos certamente antecipando o processo interpretativo, e, provavelmente, esta seria uma teoria infrutífera e unilateral. Vale a pena lembrar que o Princípio de Caridade, em Davidson, possui a noção metodológica de considerar verdadeiro sem precisar conhecer o significado e crença. Esta atitude de considerar verdadeiras as crenças do falante não possui uma noção epistemológica que procura distinguir entre a veracidade e a falsidade das crenças. Tudo isso está relacionado à interdependência que existe entre o significado e a crença, e, conseqüentemente, à impossibilidade de separar a noção de ‘verdade’ do processo tradutivo. Como ocorre esta interdependência? Basta simplesmente

observar o modo como as ‘condutas de fala’ são interpretadas: ao mesmo tempo em que se interpretam as orações, também se atribuem as crenças. O exemplo de Davidson para corroborar sua afirmação é simples e claro. Ele diz que a fala de um determinado homem só pode ser interpretada por alguém que conheça o suficiente acerca de suas crenças, ou seja, saiba o suficiente o que este homem pretende e quer. Além disso, é necessário que o intérprete saiba, em igual medida, que não é possível distinguir tais crenças se não compreender o que é que este homem fala. Para Davidson, portanto,

“está claro que devemos ter uma teoria que simultaneamente tenha em conta atitudes e interprete a fala, e que não suponha nenhuma das duas” (Davidson, 1984:195).

O trabalho de interpretar um discurso, atribuindo de forma inteligível tanto as crenças quanto outras atitudes, requer, como foi visto no primeiro capítulo, uma primeira aceitação geral das orações como ‘verdadeiras’, visto que esta é a única evidência básica que o trabalho da Interpretação Radical requer. Mais uma vez, o que está em jogo é a possibilidade de não fundamentar uma teoria em conceitos apriorísticos. Nas palavras do próprio autor,

“...se nós meramente sabemos que alguém considera que uma determinada oração é verdadeira, não sabemos nem o que esse alguém significa com a oração, nem que crença representa o fato de que a considere verdadeira. Sua consideração da oração como verdadeira é assim o vetor de duas forças: o problema da interpretação é abstrair da evidência uma teoria viável do significado e uma teoria aceitável da crença” (Davidson, 1984:196).

Tudo o que o intérprete radical conhece, a princípio, são as orações que os falantes consideram verdadeiras. Por isso, a condição para se avançar na

interpretação é supor um acordo geral entre suas crenças e as crenças que pretende interpretar. É importante destacar que a tarefa de atribuir às orações do falante condições de verdade segundo a opinião do intérprete deve ocorrer somente quando o falante considera que essas orações são verdadeiras. E, visto que a especificação das condições de verdade das sentenças - trabalho que é feito através da Interpretação Radical - se dá no contexto de uso destas sentenças, o que deve ser enfatizado é a construção de uma teoria da verdade que surge em concordância com a interdependência da linguagem com o mundo.

Este método do Princípio de Caridade, que é uma etapa fundamental na teoria de Davidson, não deve ser visto como um instrumento teórico que elimina os desacordos. Ao contrário, seu objetivo é tornar possível o desacordo significativo, visto que, segundo nosso autor, o desacordo depende de *alguma* fundamentação no acordo:

“compreendemos ao máximo as palavras e pensamentos de outros quando interpretamos em uma forma que otimize o acordo (isto inclui uma margem, como dissemos antes, para o erro explicável, como, por exemplo, as diferenças de opinião)” (Davidson, 1984: 197).

Davidson resolve, assim, tanto o problema do relativismo quanto o problema da incomensurabilidade. A doutrina do relativismo conceitual existe porque se baseia em uma noção de ‘linguagem’ que é vista como um esquema conceitual que precisa de um conteúdo empírico enquanto realidade não interpretada. Ao abandonar esta noção, simultaneamente ocorre o abandono de uma noção de ‘verdade’ que é relativa a um esquema.

A doutrina do relativismo e a tese da incomensurabilidade exigem que se pense em uma noção de linguagem que está separada do mundo, e que necessita de

um terceiro elemento entre eles para ligá-los, e assim, produzir a interpretação. Para Davidson, não há como buscar um elemento intermediário entre a linguagem e o mundo, que atue como fundamento da verdade das sentenças. Não existe este ‘terceiro elemento’ que teria a função de ‘mediar’ a linguagem e o mundo, e, concomitantemente, legitimar o significado ‘correto’ das sentenças ao servir de evidência empírica. O que ocorre com teorias que buscam estas ‘entidades epistemológicas’ - do ‘lado de fora’ da linguagem, no dado cru, como os realistas, ou confinadas a um corpo de convenções de uma linguagem particular, como os antirealistas — é que ambas incorrem no paradoxo do relativismo, apontado por Davidson. Desta forma, o abandono da dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico* - cujo uso permitia a consideração da linguagem como separada do mundo — destitui de qualquer sentido plausível a tese relativista da incomensurabilidade.

Davidson, ao abandonar o dualismo *esquema/conteúdo*, não desiste do mundo e nem da noção de uma verdade objetiva. Na medida em que tudo o que se tem para iniciar uma interpretação se refere às sentenças proferidas pelo falante dentro de circunstâncias específicas, a designação correta de uma relação causal com o mundo será justamente o vetor para a compreensão da linguagem. Segundo Davidson,

“...quando os outros pensam de maneira diferente de nós, nenhum princípio geral ou recurso à evidência poderá nos obrigar a decidir que a diferença descansa em nossas crenças mais que em nossos conceitos” (Davidson, 1984:197).

E, embora as sentenças sejam proferidas em uma relação causal com o mundo, tudo a que o intérprete tem acesso são as expressões lingüísticas de um falante, que, como ele, é habitante de um mundo comum. Nessa triangulação, que é composta pelo

intérprete, pelo falante e pelo mundo, o trabalho tradutivo deve se iniciar pela maximização do acordo em relação às crenças. Na medida em que é somente através de um pano de fundo de um acordo generalizado que é possível distinguir os desacordos, Davidson usa, então, a noção de incomensurabilidade como uma ferramenta frutífera no processo interpretativo.

Para Davidson, não há sentido em afirmar que existe uma falha total na tradução, porque

“...não encontramos nenhum fundamento inteligível na base do qual possamos dizer que os esquemas são diferentes”

(Davidson, 1984: 198).

Conclusivamente, ele considera o fenômeno da ‘incomensurabilidade’ apenas como uma comunicação que é interrompida temporariamente. Ora, se uma comunicação é interrompida temporariamente, o que ocorre então é uma falha parcial na interpretação, e problemas como este são superáveis no processo da interpretação.

No capítulo seguinte, que será o último, pretendo mostrar como a noção de ‘incomensurabilidade’ é encaixada na teoria de Davidson. Neste sentido, é importante destacar que ele não aborda este assunto diretamente. No entanto, através da crítica à dicotomia *esquema/conteúdo*, fica bastante clara sua posição em relação ao relativismo e à incomensurabilidade.

TERCEIRO CAPÍTULO

O PAPEL DA INCOMENSURABILIDADE NA INTERPRETAÇÃO RADICAL

“De modo breve, a tese da incomensurabilidade afirma que toda cultura define um paradigma de racionalidade que não pode ser comparado a outros, nos termos básicos em que ordena e explica os fatos relevantes” (Costa, 1995:58).

Neste capítulo estarei apresentando como a perspectiva de Davidson lida com a tese da incomensurabilidade. Tentarei mostrar que, segundo Davidson, não existe nenhuma relação entre incomensurabilidade, por um lado e, por outro, intraduzibilidade e relativismo. Como ressaltai na introdução deste trabalho, compartilho a interpretação que Ramberg faz da obra de Davidson, justamente pelo destaque dado ao uso da noção de incomensurabilidade como ferramenta importante no processo interpretativo. Utilizo como principal referência o capítulo 9 de *Donald Davidson's Philosophy of Language*, de Ramberg, intitulado *“What is incommensurability?”*⁸. Neste texto, ele consegue apresentar de forma clara e objetiva tanto as idéias centrais quanto as inovações de Davidson neste debate.

⁸ “Ramberg, B. – Donald Davidson's Philosophy of Language – An Introduction, 1989.

A tese da incomensurabilidade gerou, desde que T. S. Kuhn publicou “*The Structure of Scientific Revolutions*”⁹, uma interminável discussão, principalmente em relação ao tema da racionalidade. Não vou me ater aos detalhes dos argumentos de Kuhn. No entanto, vale destacar que seu trabalho pode ser visto como uma crítica ao conceito de racionalidade científica. Para Kuhn, quando existem paradigmas em conflito, não é possível depender de um método pré-determinado para providenciar uma decisão objetiva que resolva este conflito. A acusação de que Kuhn seria relativista ou irracionalista se deve, então, à consideração de que ele teria igualado as mudanças de paradigma a críticas a um padrão único de racionalidade. Acontece que os críticos que acusam Kuhn de irracionalista e relativista se orientam por uma visão da ciência que é paradigmaticamente racional, sendo este padrão o único apto a decidir o que é científico e o que não é. Para eles, Kuhn condena o padrão científico de racionalidade e, conseqüentemente, o considera *irracional*. Não é este, porém, o objetivo de Kuhn. Ele não está interessado em classificar a ciência como racional ou irracional, mas pretende questionar a *natureza* desta racionalidade, ou seja, suas críticas propõem uma nova leitura dos critérios de cientificidade, tais como a concepção do princípio de racionalidade e as leis de inferência. Kuhn argumenta que estes critérios não devem ser vistos como *leis*, mas devem ser considerados *valores*. Assim, como salienta Ramberg,

“Como valores, eles têm uma existência social, histórica, eles são motivo de compromisso, argumento e interpretação”

(Ramberg, 1989: 126).

⁹ Kuhn, T.S. – The Structure of Scientific Revolutions – The University of Chicago, 1970.

Em outras palavras, Kuhn procura mostrar como ocorrem mudanças nas práticas sociais ao longo da história da ciência.

Esta mudança de perspectiva quanto à natureza das ‘revoluções’ científicas permite que Kuhn deixe de ver a ciência como algo linear e acumulativo, do ponto de vista de ‘progressos teóricos’. Para Kuhn, a mudança de paradigma representa uma completa mudança no próprio vocabulário científico. Por afirmar isto, ele é acusado pelos seus críticos de ser relativista.

De um modo geral, então, a maioria dos críticos de Kuhn, tais como Karl Popper, Israel Scheffler e Dudley Shapere, embora cada qual com sua própria versão, são unânimes em afirmar que Kuhn não elaborou uma teoria do significado de forma adequada. A razão desta afirmação é que, se Kuhn tivesse elaborado uma teoria correta acerca do significado, ele de forma alguma poderia ter dito o que disse sobre a incomensurabilidade de paradigmas científicos. O argumento de Ramberg pretende mostrar, então, que esta foi a opinião sobre o tema que predominou por muitos anos.

Peter Winch, um teórico da Ciência Social, também argumentou, através de seu artigo “*Understanding a Primitive Society*” (1970), que, para compreendermos uma cultura estranha, seria necessário compreendê-la somente através de seus próprios padrões cognitivos. A consideração imediata deste tese é que, tal como no caso da incomensurabilidade, a compreensão de uma outra cultura só acontece ‘do lado de dentro’ dela, com os seus próprios termos, e, conseqüentemente, pelos seus próprios padrões. O que Ramberg destaca é que, embora as críticas a Kuhn e Winch assumam diversas formas, o ponto central dessas críticas é a consideração de que

ambos fundamentam seus argumentos na idéia de um esquema conceitual que só pode ser avaliado 'do lado de dentro' e isto inevitavelmente leva ao relativismo.

Tudo o que foi visto até aqui remete ao fato de que a noção de incomensurabilidade está diretamente ligada não somente ao *relativismo*, mas, em igual medida, à *intraduzibilidade*. A equiparação entre os dois termos é feita pelos críticos de Kuhn, que reduzem o primeiro ao segundo. Vale destacar que o próprio Kuhn não igualou *incomensurabilidade* a *intraduzibilidade*. Pelo contrário, como diz Ramberg, Kuhn

“... esclarece que o que é requerido em casos de incomensurabilidade é precisamente interpretação ou tradução” (Ramberg, 1989:125).

Segundo Ramberg, o fato de que

“(...) a doutrina da mudança de significado implica que as linguagens de diferentes teorias são semanticamente incomparáveis tem sido uma premissa essencial nas várias reduções ao absurdo da noção de incomensurabilidade que surgiram nos últimos anos”

(Ramberg, 1989: 117).

Sua proposta é manter a interpretação de que a tese da incomensurabilidade implica em uma mudança de significados das palavras, sem reduzir esta mudança a uma incomparabilidade total, isto é, sem excluir a comunicação racional.

Já foi adiantado no início deste capítulo que a idéia de Ramberg é mostrar, através dos argumentos de Davidson, que não existe relação entre incomensurabilidade e relativismo ou intraduzibilidade. Seu ponto de partida é assumir que existe uma falta de clareza quanto ao conceito de ‘incomensurabilidade’.

Para tanto, ele cita alguns exemplos de teóricos que discutem esta tese, com o intuito de mostrar diferenças importantes na abordagem do tema.

Por exemplo, Putnam afirma que

“A tese da incomensurabilidade é a tese segundo a qual os termos utilizados por uma outra cultura, por exemplo, o termo ‘temperatura’ tal como utilizado por um cientista do século XVII, não podem ser igualados, no significado ou na referência, com quaisquer termos ou expressões que nós possuímos” (cit. por Ramberg, 1989: 115).

Segundo Putnam, esta tese seria auto-refutativa, na medida em que, na sua opinião, se ela fosse verdadeira, seria impossível não somente traduzir outras linguagens, como até mesmo traduzir estágios passados de nossa própria linguagem. Acontece que existe uma incoerência em dizer que certos conceitos são incomensuráveis e logo em seguida descrever esta incomensurabilidade. Ao descrever conceitos diferentes, estaríamos efetivamente traduzindo-os. Uma vez que a noção de incomensurabilidade, para Putnam, é vista como ‘intraduzibilidade’, a auto-refutação desta tese repousa no fato de que traduções existem. Como afirma Jurandir Freire Costa, ao comentar este artigo de Ramberg,

“Para Putnam, se um paradigma é incomensurável em relação a outro, não podemos traduzir seus termos. Isto porque os termos não possuem as mesmas referências” (Costa, 1995:59).

Um outro exemplo citado por Ramberg é o de Michael Devitt, que, na sua opinião, critica a tese da incomensurabilidade de uma forma mais interessante do que Putnam. Para Devitt, o que esta tese afirma é uma incomparabilidade semântica que ao final equivale à intraduzibilidade. A diferença entre Putnam e Devitt está em uma abordagem mais sutil, por parte deste último, quanto ao que poderia significar uma

incomparabilidade semântica. Ao tomar como exemplo duas teorias *T* e *T'*, Devitt afirma que poderia ocorrer uma incomparabilidade entre elas, por causa das mudanças de significado, de referência ou mesmo de caráter ontológico. A inovação que Devitt traz quanto a Putnam e aos críticos anteriores é o fato de ele situar o tema da incomensurabilidade no terreno da semântica apenas, afastando-o das questões epistemológicas que as outras críticas implicavam.

A principal diferença, portanto, entre Devitt e todos os críticos anteriores de Kuhn é que ele não reduz o conceito de incomensurabilidade ao absurdo. Nele, continua envolvida a doutrina da mudança do significado. Esta doutrina afirma que o significado de uma expressão muda quando o paradigma também muda. Assim, 'incomensurabilidade' é vista como a impossibilidade de comparar semanticamente o conteúdo de teorias. Devitt então assume em um primeiro momento que a noção de 'incomensurabilidade' equivale a 'incomparabilidade semântica', para, a seguir, mostrar, através da noção de 'co-referência parcial', que a tese da incomensurabilidade é falsa. Ele argumenta que mudanças de valores semânticos de uma teoria para outra não implicam, necessariamente, que elas não possam ser comparadas. A comparação entre teorias pode ser feita através de relações quase-lógicas baseadas no conceito de co-referências parciais. Ramberg explicita o que poderia ser uma co-referência parcial:

“(...) a teoria T' pode fazer uma distinção que a teoria T não faz, de modo que, por exemplo, um termo-T é aplicado a dois fenômenos-T' separados” (Ramberg, 1989:117).

A conclusão de Devitt é que a doutrina da mudança de significado leva à intraduzibilidade, isto é, à incomparabilidade semântica, somente se estiver

fundamentada em uma teoria descritiva da referência, que, a seu ver, é equivocada. Esta implicação não se dá com a noção de co-referência parcial.

Na opinião de Ramberg, no entanto, apesar da inovação na abordagem do tema feita por Devitt, na opinião de Ramberg, tanto ele quanto Putnam consideram que a noção de ‘incomensurabilidade’ implica em ‘intraduzibilidade.’ A diferença básica entre eles é que Devitt não considera esta tese auto-refutativa, mas sim falsa, e corrobora seus argumentos através da noção de co-referência parcial.

O objetivo de Ramberg ao citar exemplos tais como o de Putnam e Devitt é mostrar que, principalmente através deste último, aprendemos a localizar melhor o tema fundamental em torno da tese da incomensurabilidade. Nas suas palavras,

“... o tema fundamental neste debate não deveria ser se o significado de termos básicos pode mudar no curso de revoluções científicas (e outras). O real - e emaranhado - tema é a natureza e o grau de mudanças semânticas e discrepâncias que podem ser conceitualmente permitidas” (Ramberg, 1989:118).

Ou seja, Devitt, por causa de sua sofisticada teoria da referência, permite um certo grau de mudança semântica que não exclui a comparação semântica. Na sua opinião, a tradução pode ser preservada através da continuidade da referência, mesmo sob a forma sutil de ‘co-referência parcial’.

Apesar das inovações efetuadas por Devitt quanto a uma sofisticação da noção de ‘referência’, ainda assim permanece, na opinião de Ramberg, uma tensão entre mudanças e comparações semânticas. Para Devitt, a tradução pode ser preservada, mas esta preservação só é possível pela continuidade da referência, ainda que seja de maneira parcial.

A conclusão de Ramberg é que, apesar destas diferenças de enfoque em torno da incomensurabilidade, no centro deste debate a questão a ser elucidada é se a continuidade da referência é o que torna a comunicação possível (Ramberg 1989:118-9). Também Jurandir Freire Costa acentua esta questão da permanência da referência durante o trabalho interpretativo e diz que, desta forma,

“...se um paradigma é incomensurável em relação a outro, não podemos traduzir seus termos. Isto porque os termos não possuem as mesmas referências.”(Costa, 1995:59).

Uma vez esclarecido que a tese da incomensurabilidade, tal como discutida pelos críticos de Kuhn, está firmada na noção de intraduzibilidade pela falta do mesmo referente, fica agora mais fácil compreender o teor da crítica de Davidson a esta tese ao trabalhar não com a inescrutabilidade da referência, tal como o fez Quine, mas com a ‘obscuridade’ da mesma. Como foi visto ao longo desta dissertação, o argumento de Davidson contra o relativismo é justamente desacreditar a possibilidade de um trabalho interpretativo que privilegie a permanência da referência. O próprio Ramberg ressalta que um relato semântico da incomensurabilidade deve se basear em uma concepção de semântica que não faz uso essencial da noção de ‘referência’ (Ramberg, 1989: 119). Davidson, como foi visto, constrói uma semântica que não usa esta noção de forma privilegiada.

Ramberg afirma que a semântica davidsoniana, fundamentada no conceito de Interpretação Radical, é um forte argumento contra a noção de incomensurabilidade. Através do artigo de Davidson “*On the Very Idea of a Conceptual Scheme*”, visto no capítulo precedente, foi mostrado que usualmente a noção de incomensurabilidade é identificada como intraduzibilidade. O ponto chave é que, para que a noção de

incomensurabilidade tenha alguma função dentro da semântica de Davidson, ela não deve ser tratada como intraduzibilidade. O que Ramberg irá fazer é mostrar por quê, em Davidson, não pode haver a identificação acima.

Ramberg, baseado nos argumentos de Davidson expostos no artigo "*On the Very Idea of a Conceptual Scheme*", afirma que é necessário distinguir muito bem entre intraduzibilidade, por um lado, e, por outro, dificuldades na prática da tradução. É bastante concebível que no trabalho do Intérprete Radical possam ocorrer dificuldades e que estas venham a retardar o trabalho de tradução. Por exemplo, o intérprete radical pode ter dificuldades em encontrar um modelo sobre o qual elaborar suas sentenças-T hipotéticas. Isto porque o intérprete tem acesso a todo e qualquer tipo de discurso e, como Ramberg enfatiza, até ao mais bizarro deles. Assim, não há motivo para concluir que ele não compreende o que um grupo de interlocutores está falando sobre, por exemplo, o que ocorreu há dois dias. Ou seja, não é porque o intérprete não entende o que está sendo dito a princípio que ele irá logo concluir pela intraduzibilidade.

A noção de intraduzibilidade deve ser considerada como um fenômeno passageiro e absolutamente normal dentro de um processo interpretativo. Ramberg detecta dois tipos de situação em que ela pode ocorrer. Primeiro, quando o intérprete está, a princípio, inabilitado a elaborar uma teoria-verdade para interpretar a linguagem que está sendo falada. Segundo, quando uma teoria-verdade que parece viável falha ao interpretar o significado do que está sendo dito. Esta incapacidade momentânea que o intérprete radical tem de elaborar uma teoria da verdade não se refere a todas as linguagens existentes no mundo, mas sim à linguagem que ele está

tentando interpretar. Inúmeras teorias-verdade poderão ser elaboradas, tantas quantas se fizerem necessárias para que haja uma compreensão clara do que está sendo dito. Para Davidson, nenhuma ‘evidência’ é tida como definitiva. Visto que ele trabalha com uma interdependência entre as noções de ‘verdade’ e ‘significado’, as evidências podem variar na medida em que a interpretação está sendo alcançada. Neste ponto vale a pena enfatizar, nas palavras do próprio Ramberg, que

“(...) o tipo de verdade translingüística estipulada pela semântica davidsoniana é totalmente sem ramificações epistemológicas (...)”

(Ramberg, 1989: 124).

O argumento de Ramberg a favor de Davidson e contra a idéia da incomensurabilidade vista como intraduzibilidade é que ela evoca uma semântica no estilo clássico. Isto é, para Ramberg, o conceito de intraduzibilidade está indissoluvelmente preso a uma semântica da linguagem. Davidson, por sua vez, irá propor uma semântica da interpretação. Uma diferença importante a ser destacada entre elas é o fato de que a primeira privilegia a ‘referência’ nos processos interpretativos, e a segunda, não. Mas existe uma outra forma de especificar a diferença entre os dois tipos de semântica, e neste sentido, vale observar que a primeira trabalha com uma noção de linguagem que incorre na dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico*. A imagem de ‘linguagem’ associada à semântica tradicional, que aprova a tese da incomensurabilidade, é composta por esquemas conceituais que estruturam o mundo. Em outras palavras, é uma imagem de linguagem vista como um esquema conceitual que possui, em contrapartida, conteúdos empíricos. Isto nos remete à querela entre os realistas e anti-realistas.

Para Davidson, a linguagem não tem um 'lado de fora' e nem um 'lado de dentro'. Como foi visto ao longo desta dissertação, ele nega a existência de entidades extralingüísticas que corroborem o significado 'correto' das sentenças. Neste sentido, Davidson não utiliza uma leitura realista no sentido clássico, ou seja, ele não trabalha com uma teoria descritiva da referência. Ao mesmo tempo, contrapondo-se aos argumentos anti-realistas, Davidson também nega a impossibilidade de comensurar diferentes teorias e culturas, porque seus padrões cognitivos estariam confinados "do lado de dentro" dos seus diferentes vocabulários. A compreensão de uma outra linguagem, para Davidson, deve ocorrer durante o processo comunicativo. Desta forma, a linguagem fica desobrigada da condição imposta pelos realistas, que procuram evidências físicas para associá-las à forma como o mundo é dividido cognitivamente pelos falantes. Davidson não nos oferece uma noção de linguagem que proponha um acesso à verdade do conhecimento através de um mundo extra-lingüístico. Ao mesmo tempo, ele também não trabalha com uma noção de linguagem que busque o significado das palavras através das práticas sociais, convencionalmente estruturadas. Como Ramberg coloca,

"O conceito semântico de verdade, longe de ser extra lingüístico, é um produto da interpretação" (Ramberg, 1989:124).

A semântica de Davidson se reduz a uma articulação entre intérprete, mundo e falante e é nessa triangulação que a competência lingüística se dá.

A conclusão a ser tirada é que Davidson não constrói uma *semântica da linguagem* e sim uma *semântica da interpretação*. Na primeira, a compreensão lingüística pode vir associada ao domínio de uma linguagem particular. Aqui, a tese

da incomensurabilidade encontra respaldo. Esta semântica concede lugar para que o significado lingüístico seja interpretado como significado convencional.

Por outro lado, a *semântica da interpretação*, tal como Ramberg denomina a perspectiva de Davidson, não prioriza os significados convencionais. A principal consequência desta inovação é que, desta forma, a tese da incomensurabilidade vista como intraduzibilidade não encontra lugar, isto é, perde sua força argumentativa. Além disto, neste tipo de semântica, a própria doutrina da mudança de significado não é mais vista apenas como um meio de ressaltar falhas na comunicação. Uma vez que os significados não são apreendidos através da observação das convenções estruturadas por práticas sociais específicas, a noção de ‘mudança de significado’ é agora vista como uma forma de explicar qual é a falha na comunicação. As convenções mudam com o tempo e, para explicar como isto afeta a comunicação, é preciso um conceito de significado que não dependa de convenções.

Ramberg afirma que a *Interpretação Radical* é o meio que o intérprete utiliza para formular uma série de teorias-verdade sincrônicas. Estas contrastam com as convenções de uma linguagem, que são generalizações diacrônicas da prática lingüística. O ponto chave aqui é que Davidson faz uma distinção entre *significado*, tal como elaborado pela interpretação radical, e a *produção de significado*, vinculada, por sua vez, ao corpo convencional de uma linguagem. Como a teoria do significado de Davidson prioriza as ocasiões de discurso, fica mais fácil entender como um significado novo pode entrar em conflito com o convencional. Davidson separa o conceito de ‘linguagem’ do que ele chama de ‘competência lingüística’. Com isto, acentua Ramberg,

“(...) nós recuperamos a possibilidade de explorar uma relação semanticamente relevante entre interpretação e corpos de convenções”
(Ramberg, 1989: 110).

É certo que o uso das expressões lingüísticas é governado pelas convenções da linguagem. Neste sentido, Ramberg descreve as convenções como um atalho estratégico de interpretação. Em outras palavras, elas são determinações convencionais das condições de verdade das sentenças (Ramberg, 1989: 110). Justamente porque Davidson não coloca o entendimento lingüístico como dependente dos significados convencionais, a interpretação radical pode perceber o ‘movimento’ da linguagem. Na medida em que a linguagem, na semântica de Davidson, não é algo estático, cujos significados estão fixos nas estruturas convencionais, o trabalho interpretativo se dá através de inúmeras elaborações de teorias-verdade, e não de uma teoria-verdade. Como Ramberg explica:

“A razão é que enquanto uma teoria-verdade é uma generalização sincrônica, um corpo de convenções representa uma generalização diacrônica. Mudanças no uso serão refletidas diferentemente nos dois tipos de estruturas teóricas” (Ramberg, 1989: 111).

Esta é a principal inovação que o conceito de *Interpretação Radical* introduz. Nele, a noção de incomensurabilidade é necessária para que possa ser detectado **onde** ocorre disrupção no significado convencional da linguagem, e desta forma se possa compreender **onde** e **quando** sua suposta ‘unidade’ é quebrada. É importante destacar que Davidson não nega a existência das convenções lingüísticas, mas se interessa muito mais em observar e compreender como são usadas. Nas palavras de Ramberg,

“Incomensurabilidade, como uma quebra de comunicação, pode ser entendida como uma falha das convenções lingüísticas, causada por mudanças no uso que são demasiadamente abruptas para serem absorvidas tranqüilamente, ou por mudanças que um conjunto particular de convenções é demasiadamente rígido para acomodar”

(Ramberg, 1989:130).

O que ocorre é que esta falha da convenção não precisa ser interpretada como intraduzibilidade. Visto que, na semântica proposta por Davidson, o significado de uma sentença não depende de convenções, mas das sentenças-T adequadas que são produzidas pelas teorias-verdade, a noção de incomensurabilidade é vista apenas como uma falha na produção convencional do significado. Mas, se as convenções mudam, o que é tido como incomensurável em um momento pode servir, na verdade, para esclarecer que estão ocorrendo mudanças na convenção e até mesmo para mostrar quais são elas. É por isto que Ramberg afirma ser a incomensurabilidade uma relação diacrônica e não sincrônica, e neste sentido ela pode ser vista como um sintoma de mudança estrutural. Para Ramberg, quando nos confrontamos com uma outra linguagem, tentamos interpretá-la com os termos de nossa própria linguagem. Isto acontece porque não dominamos as convenções que governam a linguagem que tentamos interpretar. A incomensurabilidade surge como sintoma da diferença estrutural entre as linguagens envolvidas.

Ramberg argumenta que uma consequência positiva da incomensurabilidade é a possibilidade que o intérprete tem de perguntar como é que as mudanças estruturais são geradas e como serão acomodadas (Ramberg, 1989: 132). Ao procurar esclarecer tais mudanças, o intérprete está realizando um trabalho

hermenêutico. Com efeito, ele está mostrando como e por que mudanças específicas no uso de alguns termos podem ocorrer. Desta forma, até mesmo a obra de Kuhn, *"The Structure of Scientific Revolutions"*, é vista como realizando um trabalho hermenêutico. Nas palavras de Ramberg,

"Nós podemos ler Kuhn como mostrando os modos pelos quais inovações científicas mudam a linguagem dos cientistas" (Ramberg, 1989: 132).

Vale a pena ressaltar que Ramberg comenta tanto exemplos de incomensurabilidade dentro de uma linguagem, através das mudanças convencionais dos significados, quanto incomensurabilidades entre linguagens, isto é, quando tradições diferentes se encontram. Um exemplo que aponta para as mudanças ocorridas numa linguagem pode ser o trabalho realizado por Kuhn, que, além de mostrar como surgem novos termos na linguagem científica, procura demonstrar que estas mudanças não ocorrem de forma gradual. Ao contrário, as mudanças de paradigmas científicos ocorrem de maneira abrupta e localizada, 'quebrando' a 'unidade' da comunidade científica ao alterar os discursos e práticas dos cientistas. Um exemplo que aponta para o encontro de tradições diferentes, procura mostrar como é feito o trabalho de um antropólogo. Sabe-se que Evans-Pritchard considerou os Azande um povo de cultura pré-lógica porque encontrou uma intraduzibilidade entre os mágicos Azande e os cientistas ocidentais na discussão do termo 'causalidade'. Acontece que, segundo Ramberg, Evans-Pritchard interpretou o fenômeno da incomensurabilidade como uma relação entre estruturas lingüísticas, isto é, entre esquemas conceituais. Mas Davidson, como foi visto, não trabalha com esta noção. Para ele, não faz sentido dizer que duas linguagens diferentes são

incomensuráveis. Uma vez detectado que o fenômeno da incomensurabilidade é uma relação diacrônica que aponta para uma mudança estrutural, vemos que esta última

“(...) pode tomar a forma de desintegração de uma prática ou um paradigma, como nas revoluções científicas, ou pode tomar a forma da fusão de tradições separadas, tal como quando Evans-Pritchard foi viver com os Azande” (Ramberg, 1989: 131).

A antropologia crítica, na opinião de Ramberg, deve ser também um estudo da incomensurabilidade, justamente por causa da imensa tarefa de clarear os preconceitos que nos levam a mal interpretar o que é estrangeiro e assim a nos equivocar sobre a linguagem que está sendo falada (Ramberg, 1989: 133).

Ramberg também chama a atenção para o fato de que são inúmeros os possíveis casos em que pode ocorrer o fenômeno da incomensurabilidade. No entanto, o ponto central a ser destacado é que, para todos os casos, o tipo de semântica elaborado por Davidson permite adequar a teoria da mudança de significado sem prejudicar a compreensão lingüística, ou seja, sem considerar incomensurabilidades entre termos conceituais de diferentes teorias ou diferentes tradições culturais como uma comunicação interrompida. Assim, na sua opinião, uma análise crítica da incomensurabilidade permite ao intérprete não somente saber quando ocorrem mudanças no significado convencional, mas também, principalmente, compreender como estes novos significados são ‘adaptados’ pela linguagem convencional. E nunca é demais repetir que isto vale para diferentes teorias e para diferentes culturas. Ramberg destaca que

“Se o discurso incomensurável é o resultado da tentativa de falar duas (ou mais) linguagens de uma vez, o resultado da má aplicação das

convenções lingüísticas, então um diagnóstico concreto é o primeiro passo em direção à resolução. A compreensão de que nós não estamos falando a mesma linguagem é uma condição da possibilidade da compreensão renovada” (Ramberg, 1989: 133).

Neste ponto do discurso, é importante esclarecer uma questão. O que Davidson permite realizar através do uso positivo do fenômeno da incomensurabilidade é esclarecer quando e onde ocorrem divergências quanto às linguagens em diálogo. No entanto, Ramberg chama a atenção para o fato de que a análise crítica da incomensurabilidade deve também procurar mostrar como possíveis divergências entre uma convenção lingüística e o novo significado do que está sendo dito servem para disfarçar certos fatos sociais. Na sua opinião, as convenções lingüísticas podem ser manipuladas para atender a interesses particulares ou instituições sociais. (Ramberg, 1989: 133). Neste sentido então, como Bowlin e Stromberg destacaram quanto ao que deveria ser uma boa prática etnográfica,

“Boa etnografia exige uma atenção minuciosa às crenças e suas justificativas, e nós concordamos com críticos como Asad (1986), que adverte que circunstâncias políticas podem sistematicamente obstruir tal atenção” (Bowlin e Stromberg, 1997: 130).

Portanto, é imprescindível distinguir entre a utilização positiva do fenômeno da incomensurabilidade para a continuidade do entendimento lingüístico – tal como a teoria de Davidson permite e Ramberg desenvolve – e a obstrução do diálogo por divergências políticas, pois neste caso ocorre uma diferença explícita de valores pela luta de poder, ao contrário do primeiro, que envolve uma tentativa mútua de compreensão e acordo quanto ao que está sendo dito.

Uma outra questão merece neste momento um pouco mais de atenção. É certo que, na prática, como ressalta Ramberg, uma comunicação é bem sucedida porque nós aprendemos e fazemos uso das convenções. No entanto, como Davidson não trabalha com uma concepção de significado enquanto produzido pela linguagem convencional, sua *semântica da interpretação* permite reverter as expectativas com respeito às incomensurabilidades de significados. Elas não mais são vistas como gerando a quebra da compreensão lingüística, mas sim como etapas provisórias do trabalho interpretativo, chamando a atenção para o fato de que as convenções mudam todo o tempo e a busca do entendimento lingüístico não deve estar totalmente vinculada a elas. Para Ramberg, o modelo da Interpretação Radical proposto por Davidson permite ao intérprete relatar teoricamente como é que as mudanças estruturais no corpo de convenções de uma ‘linguagem’ pode vir a afetar o entendimento lingüístico. Ele nos diz que

“Quando as convenções fracassam, ou não podem mais ser admitidas, o significado lingüístico pode ser recuperado somente através da interpretação radical” (Ramberg, 1989: 139).

Em Davidson, portanto, o conceito de *incomensurabilidade* é visto como ferramenta imprescindível na tarefa de desvendar mal-entendidos no processo comunicativo:

“ (...) um discurso incomensurável é uma falha no interpretar, uma confusão sobre qual linguagem está sendo falada.”
(Ramberg, 1989:139).

O tipo de trabalho oferecido pelo modelo da Interpretação Radical é, segundo Ramberg, uma tarefa hermenêutica, pois depende menos de convenções e mais de

observações para determinar o significado do que está sendo dito. Assim, ele argumenta que, se o intérprete radical realiza um trabalho fácil, é porque tanto o intérprete quanto o interpretado possuem uma noção similar do que está sendo dito. Caso discordem, são justamente as diferenças que permitirão ao intérprete realizar, embora com um pouco mais de dificuldade, a tarefa de elaborar teorias-verdade baseadas em uma atitude observacional que procura ligar o discurso do falante aos seus aspectos circunstanciais. Na medida em que o intérprete for detectando onde ocorrem incomensurabilidades, por exemplo, através de divergências em interesses ou em valores, ele deve prosseguir seu trabalho interpretativo, procurando explicitar por que estas incomensurabilidades ocorrem.

É, portanto, o fato de utilizar-se do fenômeno da incomensurabilidade de forma positiva, tal como foi explicitado, que permite a Ramberg fazer uma associação do conceito de *Interpretação Radical* com a *Hermenêutica*. Ele justifica esta associação dizendo que a interpretação radical permite um relato dos modos pelos quais os interesses e valores diferem, isto é, através da explicação de quando e como um significado convencional pode mudar, e isto equivale à tarefa hermenêutica de identificar pré-concepções implícitas no nosso entendimento. Nas suas palavras,

“(...) incomensurabilidade é precisamente um sinal de um conflito de pré-julgamentos e pré-concepções. E é somente através do conflito, através da ruptura, que é possível ‘tornar-nos conscientes destes preconceitos como tais’ ” (Ramberg, 1989: 140).

Visto que o intérprete radical não trabalha de forma dependente da linguagem convencional, ele está apto a explicitar as suas falhas, as más traduções ou incomensurabilidades, enquanto divergências que podem ocorrer entre as suas

teorias-verdade e a linguagem a ser interpretada. Em outras palavras, já que o intérprete radical não se baseia em uma noção de linguagem como um corpo de convenções, tal como propõe a tese anti-realista, e, ao mesmo tempo, ele também não se utiliza da imagem de linguagem oferecida pela tese realista, que busca relatos baseados em eventos físicos, ele está apto a se aproveitar das ocorrências de incomensurabilidade para revisar, tantas vezes quanto necessário, suas teorias-verdade. Em síntese, é justamente por não se utilizar da noção de linguagem como dividida entre *esquema conceitual* e *conteúdo empírico*, que o intérprete radical não deixa as incomensurabilidades interromperem o trabalho interpretativo, mas, pelo contrário, se utiliza delas para aperfeiçoar sua compreensão da linguagem estrangeira e conseqüentemente, de sua própria linguagem. Afinal, como aponta Ramberg,

“A Interpretação Radical é portanto crítica e reflexiva ao mesmo tempo. Guiada metodologicamente pelas tentativas de maximizar teoremas verdadeiros, o intérprete radical ganha mais por revisar suas próprias crenças e suposições do que por atribuir erros àqueles que está tentando compreender” (Ramberg, 1989: 140).

CONCLUSÃO

A problemática que me levou a estudar a tese da *incomensurabilidade* se refere ao debate que ocorre na Antropologia contemporânea, entre os *realistas* e os *anti-realistas*. O assunto discutido por eles é se existe ou não a possibilidade de estar dialogando com outras culturas, se, por exemplo, a linguagem científica ocidental não pode mais servir como ‘tribunal’ das decisões que vão legitimar a semelhança ou a diferença de um termo que se encontra presente em duas tradições. Quanto a este questionamento, os *realistas* afirmam que, se a Ciência não for a linguagem intermediária para subsumir a linguagem estudada, isto é, se a ciência não fornece o meio para interpretar corretamente a linguagem estrangeira através de suas ‘evidências cientificamente comprovadas’, então a resposta é que não é possível entendimento na tentativa de interpretar tal linguagem. Com efeito, a interpretação de qualquer linguagem precisa passar pelo aval da linguagem científica. Assim, se esta ainda não encontrou alguma evidência empírica que corrobore o sentido de um determinado termo proferido por um falante nativo, a linguagem em questão não é considerada passível de entendimento. Em síntese, o que os *realistas* afirmam é que a única forma de conhecer qualquer coisa, e isto inclui qualquer linguagem, é associar, todo o tempo, cada vocábulo lingüístico a um ‘pedaço de evidência’ no mundo.

Já os *anti-realistas*, justamente por negarem a exclusividade reivindicada pela linguagem científica ocidental para descrever o ‘mundo tal como ele é’, afirmam que a ‘evidência’ que prova a compreensão entre termos situados em tradições

culturais diferentes só deve ser buscada dentro de cada tradição. Conseqüentemente, linguagens que pertencem a tradições diferentes não se misturam. Isto é, o sentido dos termos é relativo em cada caso e só deve ser interpretado buscando-se referências presentes exclusivamente no 'domínio fechado' de cada formação sócio-cultural. A postura dos *anti-realistas* assume, desde o início, um relativismo conceitual e cultural, porque, para eles, o significado dos termos só deve ser explicado por referência ao 'lado de dentro' dos esquemas conceituais analisados.

O que se pode concluir disso, como já foi ressaltado, é que tanto os realistas quanto os anti-realistas se utilizam de uma noção de linguagem que está dividida entre um *esquema conceitual*, por um lado, e por outro, um *conteúdo empírico*. Ambos, por privilegiarem a busca de referências na interpretação do sentido, reduzem a linguagem a um esquema que necessita de conteúdo. A tese da *incomensurabilidade*, tal como discutida neste trabalho, em síntese, é justamente a afirmação de que duas linguagens são consideradas intraduzíveis, se for impossível manter a 'mesma' referência na compreensão do sentido das expressões envolvidas. Em outras palavras, a noção de incomensurabilidade foi reduzida à 'intraduzibilidade por falta da permanência de um referente'. E, como apontou Jurandir Freire Costa, o centro do debate entre realistas e anti-realistas é o fato de ambos buscarem a 'continuidade' da referência nos processos interpretativos.

Donald Davidson apresenta uma postura que é assumidamente holista, ao interrelacionar significado e crença ao afirmar que a verdade das sentenças serve apenas como elo de ligação entre um enunciado lingüístico e um evento no mundo. Através da imagem que remete a uma triangulação entre intérprete, mundo e falante,

Davidson oferece uma alternativa às questões envolvendo paradigmas interpretativistas, sem, no entanto, se utilizar da tese da incomensurabilidade, tal como vista pelos críticos de Kuhn. Ao longo do primeiro capítulo foi mostrado, em termos gerais, em que consiste a teoria holista de Davidson acerca do significado. Foram comentados alguns dos conceitos centrais de sua teoria, a saber, *Interpretação Radical* e *Princípio de Caridade*. Por ter sido Quine e não Davidson quem primeiro falou da necessidade de se assumir uma postura holista quanto às questões referentes ao significado e à crença, o capítulo foi iniciado com o comentário de sua crítica ao empirismo atomista do Círculo de Vienna. Quine aponta a tese reducionista de Carnap e a distinção analítico-sintético como dois dogmas que o empirismo deveria abandonar. Na sua opinião, como foi destacado, uma teoria apenas em sua totalidade deve estar sendo confrontada com as evidências do mundo. Em outras palavras, um enunciado, tomado isoladamente do conjunto de enunciados que compõem o corpo teórico, nunca pode servir de base para se confrontado com o mundo físico. O objetivo de Quine ao criticar o positivismo lógico do Círculo de Viena é desacreditar que exista uma ‘filosofia primeira’, de cunho epistemológico, que, atomisticamente, corrobore a veracidade das sentenças de um dado corpo teórico. Uma forma breve de recapitular o que foi dito seria simplesmente ressaltar que Quine, através de sua tese holista da inescrutabilidade da referência, desconstrói a até então ‘clássica’ distinção *analítico/sintético*. Visto que não é possível separar os enunciados acerca dos eventos que ocorrem no mundo desses mesmos eventos, a busca da ‘referência’, de forma atomista, se torna inexecutável. Não existe a possibilidade de confrontar os termos um a um, porque o que vale é a teoria considerada em conjunto. No entanto, como o próprio Quine afirma, seu projeto é continuar com o empirismo, porém, sem os

dogmas denunciados por ele. Assim, a epistemologia naturalizada quiniense também se vincula a relatos referenciais do sentido, embora o faça de uma forma holista.

O objetivo do presente texto não foi mostrar as diferenças entre Quine e Davidson, mesmo porque existe mais influência positiva quiniense nos trabalhos de Davidson do que propriamente uma ampla discordância entre estes autores. Porém, devido ao enfoque deste trabalho, que propôs uma discussão em torno da noção de *incomensurabilidade*, foi imprescindível destacar a diferença específica entre Quine e Davidson, porque, tal como foi visto, este último não fala de *inescrutabilidade* de referência, mas sim de *obscuridade* da mesma. Todo o esforço de Davidson é argumentar que as teorias referenciais do sentido necessitam prioritariamente de uma teoria da verdade para determinar a adequação dos termos aos objetos. Jurandir Freire Costa esclarece o modo pelo qual Davidson rejeita as teorias referenciais do sentido, tanto as intensionais quanto as causais no estilo clássico. Ao mesmo tempo que considera que é o mundo que causa o assentimento às sentenças, Davidson não aposta na consequência desta consideração, se ela for interpretada como uma teoria descritiva da referência. Em outras palavras, Davidson pretende manter a objetividade do mundo, sem, no entanto, fundamentar sua teoria do significado em um relato que priorize as evidências empíricas.

A partir da utilização do modelo de Tarski para uma teoria da verdade, Davidson elabora uma teoria do significado. O resultado, como foi visto, é uma tentativa de alcançar o significado utilizando uma linguagem extensional. Com isto, Davidson inverte a teoria tarskiana acerca da verdade. Se Tarski, para alcançar a verdade de uma sentença, utiliza-se do seu significado, Davidson, ao contrário, para

alcançar o significado de uma sentença, constrói uma teoria das suas condições de verdade. A principal consequência desta inversão é que não existe apenas uma teoria-verdade para dar a descrição correta do significado de uma dada sentença.

Também foi visto que a ferramenta principal utilizada por Davidson neste processo é a *Interpretação Radical*. Ela aponta para uma direção oposta à idéia de que os discursos são incomensuráveis, ou, em outros termos, intraduzíveis. Em conformidade com o *Princípio de Caridade*, o começo de qualquer interpretação é justamente buscar uma maximização do acordo, e não um desacordo generalizado. A tarefa da Interpretação Radical é efetuar o processo de construção e reconstrução de teorias-verdade para alcançar a interpretação. Através do Princípio de Caridade, todas as crenças do falante são consideradas verdadeiras de antemão, e esta atitude, como foi visto, opera como uma metodologia que estende genericamente a possibilidade de acordo. Tal como Davidson argumenta, um desacordo (uma “incomensurabilidade” momentânea) só é possível sobre o pano de fundo de um acordo massivo. Uma vez que existe uma interdependência entre o significado e a crença, a atitude de assumir prioristicamente as crenças como verdadeiras serve como ferramenta para discernir os significados das sentenças. Davidson, através da relação triangular entre intérprete, mundo e falante, consegue utilizar uma linguagem extensionalista sem, no entanto, fundamentar sua teoria apenas em evidências empíricas. Na medida em que não é possível separar um enunciado do evento mundano que lhe corresponde, a construção de uma interpretação deve trabalhar de maneira holista, isto é, com a interconexão entre significado, crença e verdade.

Tal como apontado na Introdução, a concepção de linguagem que tanto os realistas quanto os anti-realistas utilizam remete a uma dicotomia entre o *esquema conceitual* e o *conteúdo empírico*. Os realistas se utilizam desta metáfora na medida em que a linguagem é vista como algo que deve fornecer relatos frente à experiência. Em outras palavras, são as evidências empíricas que, em última instância, conferem legitimidade a um determinado arcabouço teórico. Em decorrência disto, uma teoria científica, tal como visto no exemplo de Quine, é considerada um esquema conceitual que deve se relacionar aos dados sensoriais, ou seja, ao conteúdo empírico. Os anti-realistas também se utilizam da dicotomia apontada por Davidson, porém com o intuito de organizar os significados dentro de um dado esquema conceitual. O que corre, portanto, é que ambos buscam uma referência para os termos, para a compreensão do sentido. E esta busca de referências só é possível através do uso da dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico*. O argumento de Davidson caminha na direção de desconstruir esta dicotomia, e, conseqüentemente, invalidar a tese da incomensurabilidade e do relativismo conceitual.

Assim, ao longo do capítulo dois, procurei expor a crítica de Davidson à dicotomia *esquema conceitual/conteúdo empírico*. Ele pretende mostrar que existe um paradoxo na tese da incomensurabilidade, cujo resultado imediato é o relativismo. O paradoxo subjacente consiste em afirmar uma incomensurabilidade entre, por exemplo, termos empregados por linguagens diferentes, e a seguir, descrever esta incomensurabilidade. O caminho traçado por Davidson, como foi visto, é contornar a problemática da incomensurabilidade dizendo que esta tese não se sustenta, visto que ela se fundamenta na consideração de que é a permanência da 'referência' que

determina a possibilidade ou não de uma tradução ser efetivada. Ao analisar os dois possíveis casos de falha no processo de tradução, Davidson afirma que é ininteligível uma falha completa e, nos casos em que ocorre uma falha parcial, a “incomensurabilidade” que possa vir a ocorrer, ao invés de impedir a tradução, ajuda a esclarecer os mal-entendidos.

O argumento de Davidson contra a noção de falha completa na tradução, ponto central da incomensurabilidade, é mostrar como a imagem que associa a linguagem a um *esquema conceitual* que subsume um *conteúdo empírico* é o suporte para esta tese. Davidson insta-nos a abandonar este dualismo, considerado por ele o terceiro e último dogma do empirismo. Último porque, depois dele, o empirismo deve ser abandonado por completo. Davidson abandona os dogmas do empirismo e, principalmente, a noção de ‘significado’ que ele evoca, por estar centrada em relatos referenciais do sentido. A sua estratégia é afirmar que todas as sentenças possuem conteúdo empírico. Como visto, o fato de Davidson relacionar ‘conteúdo empírico’ a todas as sentenças expressa uma nova forma de tratar a noção de ‘evidência’. Esta noção só deve ser considerada no nível lingüístico. Tal como apontado por Ramberg, Davidson se utiliza de uma semântica para tratar do significado, mas não se utiliza da noção de ‘referência’ no estilo clássico, que implica em uma teoria descritiva. O único ponto que ele retém das teorias descritivas acerca da referência é que o mundo realmente causa o assentimento às sentenças que proferimos. Porém, é impossível buscar ‘evidências’ fora do escopo da interrelação entre o falante, o intérprete e o mundo, ou seja, ‘evidências’ extra-lingüísticas para corroborar o significado verdadeiro destes assentimentos.

A estratégia de Davidson foi 'substituir' o dualismo *analítico/sintético*, tal como mencionado por Quine para criticar o atomismo lógico, pelo dualismo *esquema conceitual/conteúdo empírico*. As noções de significado e de analiticidade imbuídas no primeiro dualismo permitiram o uso do segundo. Como visto, não existe, para Davidson, inteligibilidade em considerar a linguagem como algo que ou organiza, ou se ajusta ao mundo. Tanto realistas quanto anti-realistas incorrem no uso da dicotomia *esquema/conteúdo* e buscam evidências para corroborar o significado. A noção de 'evidência' que Davidson critica deve ser tomada em um sentido amplo, que remete à tentativa de estar sempre confrontando o 'esquema conceitual' ou com 'o mundo', através da capacidade organizadora da estrutura gramatical (postura anti-realista), ou com os 'dados dos sentidos', postura realista.

O ponto chave que Davidson quer criticar é uma noção de linguagem separada do mundo. Na medida em que tanto realistas quanto anti-realistas pensam a linguagem desta forma, ambos buscam um 'terceiro elemento' que possa servir de mediação entre as sentenças e os eventos que ocorrem no mundo. Para Davidson, não existe esta terceira entidade mediadora, pois a linguagem não possui um 'lado de fora' ou um 'lado de dentro'. É o uso da dicotomia *esquema/conteúdo* que permite falar de incomensurabilidade e relativismo. Ao propor o abandono desta dicotomia, Davidson invalida as duas teses e trabalha com interpretação e linguagem a partir de uma nova perspectiva. Ele mantém a objetividade do mundo ao mesmo tempo em que não considera 'evidências extra-lingüísticas' para corroborar esta objetividade. A partir do pano de fundo do acordo generalizado, o processo de interpretação radical se desenvolve através da contínua construção e reconstrução de 'sentenças-T' ou

‘teorias-verdade’. Através da consideração de que uma crença remete a um conjunto de crenças, as quais não podem vir separadas de seus significados, Davidson pode manter a idéia de que o mundo ‘causa’ o assentimento às sentenças mas não as torna verdadeiras.

No capítulo três, vimos que a noção de incomensurabilidade, tal como vista pelos críticos de Kuhn e pela antropologia interpretativista, identifica ‘incomensurável’ a ‘intraduzível’. Como Jurandir Freire Costa mostrou, esta intraduzibilidade só é possível graças à busca de uma ‘referência’ que permanece, por exemplo, em duas linguagens teóricas ou duas tradições culturais distintas. Uma vez que Davidson não se utiliza da dicotomia *esquema/conteúdo*, suporte da tese da incomensurabilidade, esta última passa a ter um sentido positivo em sua filosofia, na medida em que, agora, ela não é mais vista como o fim do processo interpretativo, mas sim como uma interrupção momentânea da comunicação.

O que Davidson considera, portanto, são as ocorrências de falhas parciais no processo da tradução. Assim, quando surge uma aparente incomensurabilidade, o intérprete radical provavelmente reformula suas teorias-verdade até alcançar a interpretação adequada ao contexto. Com isto, as dificuldades que existem na interpretação são dificuldades que a própria prática tenta resolver. Como foi visto, Ramberg exemplifica duas circunstâncias em que acontece incomensurabilidade: quando o intérprete não está apto a formular uma teoria-verdade ou quando sua teoria, que parecia viável, falha ao interpretar. Através da distinção entre uma semântica no estilo clássico e a semântica davidsoniana, Ramberg ressalta que a tese da incomensurabilidade se sustenta sob a consideração da noção de significado

vinculado a uma convenção. A distinção que existe é entre uma semântica da linguagem, por um lado, e, por outro, uma semântica da interpretação. A primeira corrobora a tese da incomensurabilidade na medida em que trabalha com uma noção de linguagem vinculada à produção de significados convencionais. Em outras palavras, esta semântica se utiliza da dicotomia *esquema/conteúdo*. Já a segunda, utilizada por Davidson, não fundamenta o trabalho interpretativo na linguagem convencional. Ao considerar os significados além de um corpo de convenções, a teoria davidsoniana permite o uso do fenômeno da incomensurabilidade como uma ferramenta frutífera que pode esclarecer onde e como os significados convencionais mudam. Em outros termos, onde e como ocorre uma 'quebra' na suposta unidade estrutural da linguagem. Para Davidson, não existe uma estrutura lingüística que fixe os significados das palavras. Toda e qualquer interpretação, tanto a doméstica quanto a estrangeira, deve considerar as circunstâncias do discurso, que são indicadas através da observação da interrelação que o falante faz entre a atribuição de significados e crenças e as características mundanas. O entendimento lingüístico, em Davidson, só é possível nesta relação triangular entre intérprete, falante e o mundo. É justamente porque ele não se vincula a um relato referencial do sentido, seja ele realista ou anti-realista, que se pode trabalhar de uma forma positiva com o fenômeno da incomensurabilidade.

Por fim, vale a pena ressaltar que o trabalho realizado pelo intérprete radical equivale a uma contínua elaboração de teorias-verdade que ocorrem de forma sincrônica. O corpo convencional de uma linguagem, utilizado fundamentalmente pela semântica tradicional, é inserido na teoria de Davidson como o momento

diacrônico que remete à produção de significados. Davidson, ao priorizar as ocasiões de discurso, consegue se aproveitar da incomensurabilidade como indicadora de um conflito entre um significado convencional e um novo. Na medida em que ele busca o avanço da competência lingüística e não a interpretação de uma linguagem convencional, o fenômeno da incomensurabilidade ajuda a interrelacionar os significados novos que surgem na sincronia do dia-a-dia com os significados que se estruturam convencionalmente. Esta interrelação permite a Davidson pensar as convenções lingüísticas não como fundamento de sua semântica, mas sim como práticas que podem mudar com o tempo. O que importa é descobrir como as convenções lingüísticas são usadas.

A utilização positiva que Davidson faz do fenômeno da incomensurabilidade impede que uma linguagem seja considerada intraduzível. Na medida em que este fenômeno é diacrônico e indica uma mudança estrutural na produção de significados, a busca destes últimos na forma sincrônica das sentenças-T permite continuar o processo interpretativo mesmo quando ocorre incomensurabilidade. Tal como ressaltado por Ramberg, quando confrontamos nossa linguagem com outra, primeiro tentamos interpretar esta outra com os nossos próprios termos. Justamente porque ainda não conhecemos as convenções da outra linguagem, as incomensurabilidades que possam surgir neste uso de diferentes convenções permitem esclarecer as diferenças estruturais entre as linguagens envolvidas.

Assim, o fenômeno da incomensurabilidade pode ocorrer tanto dentro de uma linguagem - quando, por exemplo, um significado novo entra em conflito com o convencional - quanto entre duas linguagens, como o exemplo da discussão do termo

‘causalidade’ entre a tradição científica ocidental e o universo mágico dos Azande. Em outras palavras, a incomensurabilidade, tal como analisada por Ramberg quanto ao trabalho de Davidson, serve para prosseguir na interpretação, indicando mudanças de significados, sejam eles dados em um único corpo de convenções ou em tradições culturais distintas.

Ao final, vale lembrar dois aspectos importantes da utilização do fenômeno da incomensurabilidade tal como permitido pela teoria de Davidson. O primeiro deles é que, através do esclarecimento de como um significado novo pode vir a se acomodar ao corpo de convenções, ou simplesmente quando um significado tido como convencional não tem mais uso, divergências de interesses e de valores também são postos à tona. Neste sentido, é necessário saber distinguir entre esclarecer qual linguagem está sendo falada – resultado positivo da incomensurabilidade quando utilizada pelo intérprete radical – e esclarecer divergências políticas e valorativas, que, por sua vez, envolvem luta de poder em um fato social específico. Valer-se das incomensurabilidades para entrar em acordo quanto ao ‘que está sendo dito’ é a possibilidade que Davidson oferece por não separar a linguagem do mundo que intérprete e falante têm em comum. Por outro lado, minimizar os conflitos políticos que surgem nas práticas sociais deste mesmo mundo não depende de uma simples teoria da interpretação.

O segundo aspecto a ser ressaltado é a aproximação feita por Ramberg entre a tarefa da interpretação radical e a hermenêutica. Este paralelo é indicado pela possibilidade que o intérprete radical tem de esclarecer onde e quando significados convencionais mudam e isto equivale ao trabalho hermenêutico que procura

explicitar as nossas 'pré-concepções'. É a comunicação interrompida temporariamente que permite a tomada de consciência dos pré-conceitos. Em outras palavras, o primeiro passo para compreendermos aquilo que nos é *diferente* é justamente estar a par dos nossos próprios pré-conceitos. Uma vez cientes de nossa origem cultural, quem sabe não estaremos aptos a reconhecer que o multiculturalismo é um incentivo ao diálogo e não uma ameaça à interpretação.

Bibliografia

- BOWLIN, J.R. e & STROMBERG, Peter G. Representation and Reality in the Study of Culture. In: *American Anthropologist*, vl. 99, nº 01, 1997. p.123-134.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Sobre a Antropologia Hoje: Te(i)mas para Discussão. In: *Cadernos da ABA*. Rio de Janeiro, 1994. p. 5-9.
- CARVALHO, José Jorge de. A Antropologia e o Niilismo Filosófico Contemporâneo. In *Anuário Antropológico/86*. Brasília: Ed. Unb, Tempo Brasileiro, 1998. p. 57-73.
- COSTA, Jurandir Freire. Sobre a identidade homossexual. In: *A Face e o Verso – Estudos sobre o homoerotismo II*. Rio de Janeiro: Ed. Escuta, 1995. P.49-87.
- CÍCERO, Antônio & SALOMÃO, Waly. *O Relativismo enquanto visão de mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1994.
- DAVIDSON, Donald. *Inquiries Into Truth and Interpretation*. NY: Oxford University Press, 1984.
- DAVIDSON, Donald. O que as metáforas significam. In: SACKS, Sheldon (Org.). *Da Metáfora*. São Paulo: Educ, 1992. p. 35-51.
- DAVIDSON, Donald. Replies. In *Crítica*, vl. xxx, nº 90, 1998. p. 97-112.
- DAVIDSON, Donald. Interpretação. In: *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p. 199-210.
- DAVIDSON, Donald. A Coherence Theory of Truth and Knowledge. In: *Reading Rorty*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1996. p. 120-135.
- DAVIDSON, Donald. Dialectic and Dialogue. In: PREYER, G. (Ed.). *Language, Mind and Epistemology*. Boston: Kluwer Academic, 1994. p.429-437.
- DAVIDSON, Donald. The Folly of trying to define truth. In: *The Journal of Philosophy*, vl. XCIII, nº 6 jun/1996. p. 263-278.
- DAVIDSON, Donald. A Nice Derangement of Epitaphs. In: LEPORE, E. (Ed.), *Truth and Interpretation: perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p.433-446.
- DAVIDSON, Donald. Mental Events. In: *Essays on Action and Events*.

Oxford: Clarendon Press, 1980.

DAVIDSON, Donald. Gadamer and Plato's *Philebus*. In: *The Philosophy of Hans-Georg Gadamer*. Open Court: Ed. L. Hann, 1997. p.421-435.

EVNINE, S.. *Donald Davidson*. Califórnia: Stanford University Press, 1991.

FILHO, Wilson Trajano. Que Barulho é Esse, o dos Pós-Modernos?. In: *Anuário Antropológico/86*. Brasília: Ed. Unb, Tempo Brasileiro, 1988. p. 133-151.

FISCHER, Michael M. J.. Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica.

In *Anuário Antropológico/83*. Fortaleza: Tempo Brasileiro, UF Ceará, 1985.p. 55-72.

FORSTER, Michael N.. On the Very Idea of Denying the Existence of Radically Different Conceptual Schemes. In: *Inquiry*, nº 41. p. 133-185.

GELLNER, Ernest. A Política da Antropologia. In: *Antropologia e Política – Revoluções no Bosque Sagrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 23-39.

GLOCK, Hans Johann. On the Very Good Idea of a Conceptual Scheme. In: mimeo. s/d.

GLOCK, Hans Johann. On Safari with Wittgenstein, Quine and Davidson. In:

ARRINGTON, R. & GLOCK, H. (Eds). *Wittgenstein and Quine*. London: Routledge, 1996. p.144-172.

GOSSELIN, M.. Donal Davidson, Descartes and how to Deny the Evident.

In:

HOY, David C.. Post-Cartesian Interpretation: Hans-Georg Gadamer and Donald Davidson. In: *The Philosophy of Hans-Georg Gadamer*. Open Court: Ed. L. Hann, 1997. p.111-130.

JARVIE, I. C.. Comprension y Explicacion en Sociologia y en Antropologia Social. In: *La Explicación en las Ciencias de la Conducta*. Madrid: Alianza Universidad, 1974. p.159-207.

KENT, Thomas. Filosofia, escrita, e leitura da língua: uma conversação com Donal Davidson. In:

KING, Loren A.. Notes on Davidson, 1996. In

:

KOOPMAN, Colin. Davidson contra Quine on Conceptual Schemes. In:

KUHN, Thomas S.. ? Lógica del Descubrimiento o Psicología de la Investigación?. In: LAKATOS & MUSGRAVE (Eds.). *La Crítica e el Desarrollo del Conocimiento*. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1975. p.81-110.

KUHN, Thomas S.. Conmensurabilidad, Comparabilidad y Comunicabilidad. In: ? *Qué son las revoluciones científicas? Y otros ensayos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1989. p.95-135.

KUHN, Thomas S.. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LYNCH, Michael P.. Three models of Conceptual Schemes. In: *Inquiry* nº 40. p. 407-426.

MALPAS, J. E.. *Donald Davidson and the Mirror of Meaning*. Cambridge: University Press, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.. A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade na Antropologia. In: *Anuário Antropológico/86*. Brasília: Ed. Unb, Tempo Brasileiro, 1988. p.57-73.

PASSMORE, John. Davidson and Dummett. In: *Recent Philosophers. A Supplement to A Hundred Years of Philosophy*. London: Duckworth, 1985.

PEREGRIN, Jaroslav. Zen & the Art of the (Davidsonian) Analytic Philosophy. In:

PERINI, Ernesto. Duas ou três coisas que temos (ou fazemos) em comum. In: mimeo., UFMG, s/d. p.1-12.

PERINI, Ernesto. O valor cognitivo do mito. In: mimeo., UFMG, 1996. p.1-8.

PERINI, Ernesto. Pragmatism gone Linguistic. In: mimeo., UFMG, s/d. p.1-8.

PERINI, Ernesto. Davidson e a Objetividade do mundo. In: mimeo., UFMG, 1996. p.1-15.

PREYER, Gerald. On Donald Davidson's philosophy. In:

QUINE, W.V.. Dois dogmas do empirismo. In: *Os Pensadores*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1980. p.231-248.

- QUINE, W.V.. Epistemologia Naturalizada. In: Idem, Ibidem. p.157-169.
- QUINE, W.V.. Five Milestones of Empiricism. In: *Theories and Things*. Harvard University Press, 1981. p.67-72.
- QUINE, W.V.. Naturalism; Or, Living Withim One's Means. In: *Dialectica*, vl.49, nº 2-4, 1995. p.251-261.
- QUINE, W.V.. *Filosofia e Linguagem*. Portugal: Edições Asa, 1995.
- RAMBERG, B.. *Donald Davidson's Philosophy of Language – An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1989.
- RAMBERG, B.. The Significance of Charity. In:
- RAMBERG, B.. The Source of the Subjective. In: *The Philosophy of Hans-Georg Gadamer*. Open Court: Ed. L. Hann, 1997. p.459-473.
- ROOT, Michael. Davidson and Social Science. In: LEPORE, Ernest (Ed.). *Truth and Interpretation: Perspectives on the Philosophy of Donal Davidson*. Cambridge: Blackwell, 1986. p. 272-304.
- RORTY, Richard. Indeterminacy of Translation and of Truth. In: *Synthese* 23, 1972. p.443-462.
- RORTY, Richard. The World well Lost. In: *Consequences os Pragmatism (Essays: 1972-1980)*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.p.3-18.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, Relativismo e Verdade – Escritos Filosóficos*, vl. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- SANCHES, Manuel. *Davidson acerca da Correspondência, Coerência e Cepticismo*. Lisboa: 2000. (Dissertação de Mestrado).
- UPPER, John. Davidson's Three Versions of the Principle of Charity. In:
- VELHO, Gilberto. Relativizando o Relativismo. In: *As Assim Chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1991. p. 293-307.